Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Belo Horizonte – MG

Outubro de 2012

SUMÁRIO

1.		Contextualização da UFMG	04
	1.1	Dados de Identificação	04
	1.2	Perfil Institucional, Missão, Breve Histórico	05
2.		Contextualização do Curso	11
	2.1	Dados de Identificação da Unidade e do Curso	11
	2.2	Breve Histórico do Curso	12
3.		Requisitos de Acesso	17
4.		Bases Legais	17
5.		Objetivos	18
6.		Perfil do Egresso	19
7.		Princípios Teórico-Metodológicos	19
8.		Organização Curricular	22
	8.1	Trajetórias/Percursos de Integralização e Representação do Currículo	24
	8.2	Eixo Metodológico	29
	8.3	Aulas Práticas Integradas de Campo - APICs	31
	8.4	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	33
	8.5	Estágio Supervisionado	37
	8.6	Atividades Complementares	40
	8.7	Ementário	42
9.		Avaliação da Aprendizagem	59
10.		Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão	60

11.		Infraestrutura	63
12.		Biblioteca	65
13.		Gestão do Curso, Pessoal Docente e Técnico-administrativo	66
	13.1	Composição de Colegiado	66
	13.2	Perfil do Corpo Docente	67
	13.3	Corpo Técno-administrativo	69
14.		Avaliação do Curso	69
15.		Referências	70

1. Contextualização da UFMG

1.1 Dados de Identificação

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: **Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**		
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	CNPJ: 00.394.445/0188-17	
Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha – Belo Horizonte – MG CEP: 31270 – 901	Telefone: +55 (31) 34095000 Sítio: http//: ufmg.br e-mail: reitor@ufmg.br	
Ato Regulatório: Credenciamento Lei Estadual Nº documento: 956 Data de Publicação: 07/09/1927	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Lei Federal Nº documento: 971 Data de Publicação: 19/12/1949	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI - Conceito Institucional	4	2009
IGC – Índice Geral de Cursos	5	2009
IGC Contínuo	4.1700	2009
Reitor: **Clelio Campolina Diniz**	Gestão: 2010 - 2014	

1.2 Perfil Institucional, Missão, Breve Histórico[1]

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de julho de 1999, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociável e integrados na educação e na formação técnico-profissional dos cidadãos, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais e internacionais e constitui-se, também, em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional.

1.2.1 Missão

Gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência nacional na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Breve Histórico

No século XVIII, a criação de uma Universidade em Minas Gerais já fazia parte do projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então

[1] Plano de Desenvolvimento Institucional UFMG – PDI -2008-2012

Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911; e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em, respectivamente, 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com 639 lotes e área equivalente a 500.000 m2, nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Contudo, essa localização, em plena zona urbana – e, em especial, de ocupação e valorização iminentes –, foi, à época, muito questionada, por se considerar que tal situação acabaria por implicar uma limitação ao crescimento futuro do espaço físico da Instituição. Em 1937, porém, o Interventor Benedito Valadares destinou, no âmbito de seu plano educacional, nova área para essa Universidade, nas proximidades do Parque Municipal.

Acontecimentos políticos, no entanto, deram outra direção à consolidação do desejado espaço universitário. Em um quadro em que o Governo do Estado Novo era hostilizado pela camada estudantil, a ideia de situar as universidades longe das regiões centrais das cidades tornou-se adequada ao sistema. Assim, em 1942, a Fazenda Dalva, situada na zona suburbana de Belo Horizonte, na região da Pampulha, foi desapropriada e destinada a sede da Cidade Universitária. Tal decisão foi aprovada pela comunidade universitária, por intermédio de Comissão criada para interlocução com o Governo, findo o período do Estado Novo, considerando-se a amplitude, tranquilidade e topografia da área, sua relativa proximidade ao centro urbano e a facilidade de transportes.

A partir da década de 1960, iniciou-se a real implantação do *Campus* Pampulha. O Plano Diretor para a Cidade Universitária, que definia o sistema viário e o zoneamento das atividades por áreas de conhecimento e serviços, foi concluído em 1957, quando foram iniciadas as respectivas obras de infraestrutura e de apoio. Em sequência, foram projetados e

edificados os prédios da Reitoria, do Estádio Universitário – a ser construído pelo Estado –, do Instituto de Pesquisas Radioativas – atualmente sob administração do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), dos Institutos de Mecânica e Eletrotécnica – atual Colégio Técnico –, e de uma Unidade Residencial – hoje, Unidade Administrativa II –, cujo prédio, porém, se manteve inacabado por bom tempo. Prosseguindo em seu processo de expansão e diversificação, a já então denominada Universidade Federal de Minas Gerais incorporou e criou novas Unidades Acadêmicas e cursos: Escola de Enfermagem (1950), Escola de Veterinária (1961), Conservatório Mineiro de Música (1962), Escola de Belas Artes, Escola de Biblioteconomia (1963) – hoje, Escola de Ciência da Informação – e Escola de Educação Física (1969) –, hoje Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Com a aprovação de seu plano de reestruturação, em 1967, e o advento da Reforma Universitária, em 1968, a UFMG sofreu profunda alteração orgânica, principalmente no que se refere à estrutura do seu sistema de ensino. O desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia deu origem à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, ao Instituto de Ciências Biológicas e ao Instituto de Ciências Exatas – ambos responsáveis pela implementação dos ciclos básicos, respectivamente, de ciências biológicas e de ciências exatas –, ao Instituto de Geociências, à Faculdade de Educação e à Faculdade de Letras. O ciclo básico de Ciências Humanas, ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, foi instituído apenas em 1973. Ainda em 1968, elaborou-se um plano paisagístico que definiu diretrizes para a implantação definitiva do *Campus*, o qual foi sendo complementado, até o final dos anos 1990, mediante políticas específicas, as quais permitiram a ocupação do amplo terreno da Pampulha. Em 2001, fez-se a transferência da Faculdade de Odontologia para esse *Campus*.

Em 1998, foi instituída uma comissão para elaborar o Plano Diretor da UFMG. Embora esse Plano ainda não tenha sido aprovado pelo Conselho Universitário, os princípios norteadores e as proposições que o compõem balizam, até hoje, as decisões relativas ao espaço físico do *Campus* Pampulha. Nesse mesmo ano, foi instituído um projeto concernente à transferência, para esse *Campus*, das unidades acadêmicas localizadas na região central de Belo Horizonte, que visava à integração das diversas áreas do conhecimento, à ampliação do número de vagas e à promoção do desenvolvimento acadêmico dessa Universidade. Tal projeto, denominado *Campus 2000*, possibilitou, em 2004, a transferência da Faculdade de

Farmácia para o *Campus* Pampulha, bem como a ampliação, reforma e modernização de algumas unidades acadêmicas nele instaladas anteriormente. Dentro de tal processo ocorreu a transferência, para o *Campus* Pampulha, da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas.

Assim, com a efetiva implantação desse *Campus*, iniciada na década de 1960, nele se encontram, hoje, 20 Unidades Acadêmicas, uma Unidade Especial – a Escola de Educação Básica e Profissional, que abrange o Centro Pedagógico, o Colégio Técnico e o Teatro Universitário –, os prédios da Administração Central da UFMG, a Praça de Serviços, a Biblioteca Universitária, a Imprensa Universitária, o Centro de Microscopia Eletrônica, os Restaurantes Universitários Setorial I e II, a Estação Ecológica e o Centro de Desenvolvimento da Criança – a "creche da UFMG" –, escola de Educação Infantil, que, a partir de 2007, passou a ser administrada pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Além do *Campus* Pampulha, em sua estrutura física atual a UFMG conta com o *Campus* Saúde, localizado na região central de Belo Horizonte, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e nove unidades prediais que compõem o Hospital das Clínicas, considerado centro de referência e excelência regional e nacional em medicina de alta complexidade. Em diferentes bairros de Belo Horizonte, localizam-se a Faculdade de Direito, além do Centro Cultural e do Museu de História Natural e Jardim Botânico. Fora da capital, funcionam o Núcleo de Ciências Agrárias, situado no *Campus* Regional de Montes Claros, e duas fazendas – uma experimental, em Igarapé, e outra modelo, em Pedro Leopoldo, ambas vinculadas à Escola de Veterinária. Em Diamantina estão instalados o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege), órgão complementar e a Casa Silvério Lessa, do Instituto de Geociências; em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural dirigido pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que compreende o Museu Casa Padre Toledo e os prédios do Fórum, da Cadeia e do Centro de Estudos.

Essa Universidade permaneceu como Instituição Estadual – UMG – até 17 de dezembro de 1949, quando foi federalizada. Nessa época, já lhe haviam sido integradas a Escola de Arquitetura (1944), a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia (1948). A Universidade Federal de Minas Gerais, cujo nome foi adotado em 1965, por determinação do Governo Federal, é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e

patrimonial. As 20 Unidades Acadêmicas de Ensino Superior da UFMG são responsáveis pelos cursos de Graduação presenciais e na modalidade à distância, além dos cursos de Especialização, Programas de Residência Médica e demais Programas de Ensino, cursos de Mestrado e Doutorado. No campo da pesquisa, atuam nessa Universidade diferentes grupos, formalmente cadastrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dando cumprimento a essas atividades, atuam mais de 3.600 pesquisadores, entre Doutores ou Livre-Docentes. No tocante à extensão, a Universidade oferta Cursos de extensão, Programas e Projetos não-vinculados a Programas, além de inúmeros eventos e prestações de serviços, beneficiando, anualmente, um público que atinge mais de dois milhões e meio de pessoas.

No Concurso Vestibular para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFMG são oferecidas vagas para os diversos cursos de licenciatura e bacharelado, distribuídas entre os turnos diurno e noturno. A Pós-Graduação dessa Universidade oferta vagas para os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa sua trajetória desde a fundação, a UFMG tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação expressiva em Comitês de Assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em Comitês Editoriais de revistas científicas e em diversas Comissões de Normas Técnicas.

Como Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro, a UFMG é a maior Universidade Pública do Estado de Minas Gerais e destaca-se não apenas pela abrangência de sua atuação, mas também pelos mais elevados índices de produção intelectual, características que justificam sua posição de referência e de liderança, tanto regional quanto nacional. Estatísticas recentes atestam a importância da produção científica dessa Universidade. Segundo levantamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre as 11 Instituições de Ensino Superior do País cuja produção mais cresceu no período 1996-2006, o índice de crescimento da UFMG foi de 258%, superior ao das cinco que a antecedem nesse *ranking*. Pesquisa feita no *Web of Science*, considerando as Instituições Universitárias brasileiras que mais publicam artigos científicos de impacto, indica que a produção científica da UFMG ocupa a quinta posição, com média de citação por artigo de 2,61. Levantamento internacional recente, que

avaliou o número de artigos publicados e indexados e a *performance* acadêmica *per capita* de todas as Universidades atualmente existentes, situa a UFMG entre as 500 maiores do mundo.

A UFMG desenvolve projetos e programas de ensino, nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, sob a forma de atividades presenciais e à distância, em todas as áreas do conhecimento. Ocupa-se, também, da oferta de cursos de Educação Básica e Profissional – na Escola de Educação Básica e Profissional, no *Campus* Pampulha, e no Núcleo de Ciências Agrárias, no *Campus* Regional de Montes Claros. Além de se constituírem um campo de experimentação para a formação no ensino superior, esses sistemas de Educação Básica e Profissional da UFMG compõem um *locus* de produção teórica e metodológica sobre questões referentes a esses níveis de ensino, inclusive de propostas de integração entre ambos.

2. Contextualização do Curso

2.1 Dados de Identificação da Unidade e do Curso

Curso: CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS	
Unidade: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH	
Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha – Belo Horizonte – MG. CEP 31.270-901	Telefone: +55 (31) 3409-5050 Sitio: http://www.fafich.ufmg.br/ e-mail: dir@fafich.ufmg.br
Diretor da Unidade: Jorge Alexandre Barbosa Neves	Gestão: 2010-2014
Coordenador do Colegiado: Aderval Costa Filho	Gestão: 2011-2013
Número de Vagas: 50	

Turno de Funcionamento: Noturno	Carga Horária Total: 2.400 h
Tempo de Integralização: 8 semestres Mínimo: 8 semestres Máximo: 14 semestres	Modalidade: Bacharelado

2.2 Breve Histórico do Curso

A criação do *Curso de Ciências Socioambientais*, ofertado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir do primeiro semestre de 2010, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetiva atender a uma demanda percebida pela experiência de diversos setores acadêmicos.

A ideia de um curso voltado para a área ambiental, mas que não dissociasse as questões naturais de uma reflexão social, econômica e cultural, foi acalentada por vários professores de distintos departamentos da UFMG alguns anos antes do REUNI. Professores dos Departamentos de Biologia Geral (ICB), Economia e de Demografia (FACE), de Sociologia e Antropologia (FAFICH), Geografia (IGC) e Engenharia Sanitária e Ambiental (Escola de Engenharia) reuniram-se em meados de 2006 e montaram um pré-projeto de mestrado em Ciências Socioambientais. Entretanto, por dificuldades estruturais, o projeto – mesmo com uma excelente recepção pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação – não foi implantado. Na ocasião das discussões do REUNI, o debate entre esses professores – incluindo ainda outros docentes da UFMG – reacendeu-se e deu origem a este curso.

As várias adesões na ocasião da proposta do curso em nível de graduação, no bojo dos debates do REUNI, ampliaram a discussão a outros departamentos e escolas da UFMG. Assim, participaram da elaboração do projeto professores dos departamentos de Sociologia e Antropologia (FAFICH), Biologia Geral (ICB), Medicina Preventiva e Social (Escola de

Veterinária), Demografia (FACE), História (FAFICH), Geologia (IGC) e Engenharia Sanitária e Ambiental (Escola de Engenharia).

A oferta do curso de Ciências Socioambientais conta com a participação dos seguintes departamentos, responsáveis por atividades acadêmicas obrigatórias ou optativas:

BIG - Departamento de Biologia Geral

DCP - Departamento de Ciência Política

ECN - Departamento de Ciências Econômicas

DIP – Departamento de Direito Público

ESA - Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

FIL - Departamento de Filosofia

GEL - Departamento de Geologia

HIS - Departamento de História

MPS - Departamento de Medicina Preventiva e Social

POP - Departamento de Demografia

SOA - Departamento de Sociologia e Antropologia

Há ainda disciplinas cuja oferta é de responsabilidade simultânea de vários departamentos e unidades, situação em que recebem a sigla INU, designação da atividade acadêmica Interunidades.

O caráter interdisciplinar do curso e o aproveitamento de competências já bem estabelecidas na UFMG ficam evidentes. A preocupação com o tratamento da questão ambiental e com estudos que integrem sociedade e meio ambiente encontra-se presente na UFMG, com um significativo histórico de iniciativas nos programas de pós-graduação e em fontes de pesquisas e em projetos de extensão.

Existem cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado que demonstram preocupação com a interface socioambiental em várias unidades da UFMG, como por exemplo, o Curso de Especialização em Espaço Urbano e Percepção Ambiental, o Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável e os Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia com áreas de concentração em Organização do Espaço e Análise Ambiental, no Instituto de Geociências; o Curso de Mestrado e Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, no Instituto de Ciências Biológicas; o Curso de

Aperfeiçoamento em Planejamento e Administração de Recursos Ambientais e o Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, na Escola de Arquitetura; os cursos de Mestrado e, também no âmbito do REUNI, o curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, na Escola de Engenharia; assim como linha de pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, entre outros.

Além dos cursos oferecidos, há que registar uma diversidade de projetos de pesquisa e de extensão, dentre os quais destacamos alguns: o Projeto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) no Subprograma Ciências Ambientais (CIAMB) - Programa Interdisciplinar de Pós-graduação e Pesquisas Ambientais: Biodiversidade, População e Economia, que integrou pesquisadores do ICB e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas; a Population Environment Research Network que também tem o CEDEPLAR como parte do Comitê Diretor; a Consolidação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida da UFMG, que funcionou de 1995 a 1997; o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), grupo interdisciplinar vinculado à FAFICH criado em 2001, que além de expertise em licenciamento ambiental, desenvolve o projeto Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, com participação de professores e alunos do IGC e também de outras universidades, como a Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); o Projeto Manuelzão, o Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e o Núcleo de Estudos em Direito Ambiental da Faculdade de Direito.

Estas iniciativas demonstram o caráter sólido e crescente dos estudos relacionados às temáticas ambientais dentro da UFMG, sede de importantes eventos de abrangência nacional e internacional para discutir o tema, como o Seminário sobre o Município e o Direito Ambiental e os Colóquios em Direito Ambiental, na Faculdade de Direito; o V Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente – 1992; o IV Simpósio da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental em 2008; o II Fórum de Discussão em Unidades de Conservação: Educação Ambiental e Cidadania, na Estação Ecológica da UFMG, 2008; o Circuito de Palestras em Direito Ambiental promovido pelo Projeto Manuelzão, 2006 e o I

Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, promovido pelo GESTA, em 2008.

Este projeto pretende, à luz dessa experiência e com os novos propósitos interdisciplinares (com meta transdisciplinar e ainda a incorporação de saberes não disciplinados e não acadêmicos) que os egressos do curso tenham formação e competência para atuar como profissionais e pesquisadores com capacidade para coordenar, sistematizar, avaliar, monitorar e atuar em trabalhos interdisciplinares na área socioambiental. Por esse termo, entendam-se as interfaces entre sociedades e ambientes, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, espaciais, históricas e ecológicas.

A demanda da sociedade e do mercado por profissionais com habilidades socioambientais é bastante evidente e crescente. O trabalho referente ao meio ambiente em órgãos governamentais e não-governamentais empresas de consultoria, centros universitários, dentre outros, exige uma formação interdisciplinar, mais condizente com a realidade em sua complexidade e que possa preparar melhor os alunos para pensar soluções para a problemática de forma mais global. Exemplo desta demanda é a crescente preocupação da comunidade acadêmica brasileira com esta formação transdisciplinar em estudos ambientais. Acreditamos, portanto, que haverá um campo de trabalho bastante amplo para os alunos egressos.

O Curso de Ciências Socioambientais teve início no primeiro semestre letivo de 2010. A oferta é de curso noturno, com 50 vagas anuais (uma entrada por ano), e o egresso deverá receber a titulação de Cientista Socioambiental.

A Comissão que propôs este Projeto Pedagógico para a criação do Curso de Ciências Socioambientais, no âmbito do REUNI, começou seus trabalhos em junho de 2008, ocasião em que foi nomeada para tal pela Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. A Comissão foi constituída pela Profa. Dra. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri, SOA - FAFICH-UFMG (Coordenadora); Prof. Dr. Alisson Flávio Barbieri – Depto.de Demografia - FACE-UFMG; Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses, Depto de Medicina Veterinária Preventiva - EV-UFMG; Profa. Dra. Regina Horta Duarte, Depto. de História – FAFICH-UFMG (Vice-coordenadora); Prof. Dr. Rodrigo Matta Machado, Depto. de Biologia Geral – ICB-UFMG; Profa. Dra. Cleusa Fonseca, Depto. Biologia Geral – ICB-UFMG. De início discutiram-se as propostas e as estratégias de organização e de elaboração do projeto que foram cumpridas em reuniões conjuntas e semanais de trabalho e em tarefas individuais e de

subgrupos, com posterior discussão para aprovação da comissão. Em síntese, o trabalho foi fundamentado nas seguintes atividades/estratégias:

- discussões sobre os marcos referenciais, o escopo teórico e a proposta conceitual do curso;
- pesquisa à legislação pertinente;
- pesquisa a *curricula* de cursos similares em Universidades do Brasil e do exterior;
- Conferências abertas ao público em geral, seguidas de reunião interna com a Comissão, organizadas pela Comissão com convidados de notório saber de outras instituições fora do Estado de Minas Gerais, a saber: Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, que proferiu conferência intitulada: *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*, e o Prof. Henri Acselrad, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a conferência *Introdução à Crítica da Modernização Ecológica*, ambas realizadas no auditório Sonia Viegas e com presença de um número significativo de alunos, pesquisadores e interessados pela temática.
- reuniões com a Congregação da FAFICH, a equipe coordenadora do REUNI da UFMG e com professores de vários Departamentos da UFMG que participarão do corpo docente do curso;
- reuniões com o corpo docente do futuro Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG, para discussão sobre a alocação do curso;
- visitas a alguns departamentos para informações e discussões conceituais e práticas sobre a montagem da proposta e anuências necessárias;
- elaboração de matriz de atividades acadêmicas obrigatórias e optativas com os pressupostos da complexidade interdisciplinar, da flexibilização curricular e de um arcabouço acadêmico que possibilite múltiplas situações de aprendizagem em percursos discentes amplos e diversificados;
- elaboração de ementas disciplinares e acervos bibliográficos fundamentais;
- redação da proposta a ser submetida à UFMG.

O Projeto Pedagógico foi aprovado pela Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 18 de maio de 2009 e pela Câmara de Graduação da UFMG, no âmbito do REUNI, n. 329, em 04 de junho de 2009, com a oferta de atividades acadêmicas por equipe de professores responsáveis junto a seus bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

3. Requisitos de Acesso

De acordo com o Regimento Geral da UFMG a admissão dos alunos da graduação ocorre mediante processo seletivo, via concurso vestibular, com primeira fase pautada no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e com base nas normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Nesse sentido, em observância às normas Institucionais, a Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE) é o órgão responsável pela determinação e execução das atividades relativas ao Concurso Vestibular. A entrada no curso é realizada anualmente, de forma única, efetuada no primeiro semestre. As provas específicas no vestibular são História e Geografia.

4. Bases Legais

Em virtude de ser um curso inovador, que tem como horizonte uma meta transdisciplinar e a criação de uma profissão ainda não regulamentada, registra-se uma ausência de bases legais específicas para regulamentação do curso. Segue-se, portanto, a legislação geral para bacharelados, em especial o Parecer CNE/CES 08/2007, Resolução CNE/ CP 02/2007; as Diretrizes da Flexibilização Curricular da UFMG (2001); Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão constantes no PDI da UFMG, bem como a Lei 11.788/2008 – que dispõe sobre os Estágios curriculares; e a Resolução n. 02/2009, regulamenta o Estágio na UFMG.

5. Objetivos

5.1 Objetivos Gerais:

O curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais tem por objetivo geral formar cientistas socioambientais capacitados para refletir e intervir, de forma metódica e integrada, sobre os processos contemporâneos que envolvem as relações entre sociedade(s) e ambiente(s), tendo em vista as imbricações de suas dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, espaciais, históricas e ecológicas.

5.2 Objetivos Específicos:

Para além de um analista ambiental, técnico no sentido estrito, pretende-se a formação de profissionais e pesquisadores capazes de coordenar, sistematizar, avaliar, monitorar e atuar em trabalhos interdisciplinares na área socioambiental, integrando conhecimentos das disciplinas sociais, naturais e os saberes não disciplinados e não acadêmicos.

Deve-se salientar que o presente projeto propõe um importante diferencial com relação à maioria dos cursos de ciências ambientais existentes no Brasil. Por todo o país uma gama de cursos de pós-graduação e de especialização na área vem se conformando, com destaque para iniciativas como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade de Campinas - UNICAMP; o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo - USP; o Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente (LACTA) da Universidade Federal Fluminense – UFF; o Programa de

Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - UNB, entre outros.

Além dos cursos de pós-graduação, nota-se a criação de cursos de graduação preocupados com tal formação, como os Cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental, presentes em Universidades como USP, UNICAMP, UNB, dentre outras, além de Cursos de Ciências Ambientais, existentes no Centro Universitário do Pará (CESUPA) e na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Na maioria desses, no entanto, predomina uma ênfase na gestão ambiental, carecendo de uma visão interdisciplinar dos processos que efetivamente imbricam os componentes social e ambiental.

A proposta do presente curso é agregar as experiências dispersas de docentes e dos núcleos de pesquisa existentes na UFMG para aprofundar as inter-relações socioambientais, respondendo assim a desafios epistemológicos e profissionais colocados pelas questões atuais da sociedade contemporânea e formando profissionais aderidos às demandas de nossa realidade. O curso está sediado na FAFICH e busca, portanto, responder à lacuna da integração das humanidades com as ciências naturais, rompendo com a perspectiva epistemológica que separa o social do ambiental, atribuindo a este último uma autonomia e uma objetividade em relação às dinâmicas sociais e políticas. Por isso os alunos deverão ser formados para desenvolver a capacidade de compreender, interpretar, analisar e atuar sobre os processos ambientais, entendendo-os na sua constituição, vis-à-vis os processos sociais, históricos e políticos da sociedade.

6. Perfil do Egresso

Os egressos, cientistas socioambientais, deverão ter formação e competência para atuarem como profissionais e pesquisadores com capacidade para coordenar, sistematizar, avaliar, monitorar e atuar em trabalhos interdisciplinares na área socioambiental. Deverão ter aptidões técnicas, como por exemplo, a leitura e a interpretação cartográficas, de imagens de satélites, de gráficos de análise de solo, de água, de ar, de índices de diversidade biológica etc, correlacionando-os com as dinâmicas naturais, sociais e culturais em questão. De outro lado, deverão ter habilidades no que se refere à interpretação das formações e processos naturais,

culturais, sociais e políticos, correlacionando-os ao conhecimento técnico, numa perspectiva histórica.

7. Princípios Teóricos e Metodológicos

A importância da questão ambiental assume proporções crescentes no âmbito dos debates empreendidos e dos impasses enfrentados pela sociedade contemporânea. Não obstante, há uma predominante divisão dos conhecimentos entre as áreas das ciências naturais – como biologia, ecologia, geologia, geomorfologia, dentre outras – e as ciências humanas – sociologia, antropologia, demografia, economia, urbanismo e história. Tal situação implica em visões fragmentadas de um tema complexo, incorrendo, muitas vezes, num estreitamento de análises de fenômenos complexos, com perspectivas e soluções que acabam por se mostrar simplistas e ineficazes, acarretando significativos danos para a sociedade e para a natureza, impedindo a real transformação de nossas práticas.

Exemplos de erros e equívocos provocados pela dissociação dos saberes e epistemologias podem ser facilmente encontrados na literatura, sobretudo naquela referente aos EIA-RIMAs – respectivamente, Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental. Estes são estudos previstos na legislação vigente para quaisquer empreendimentos degradadores ou potencialmente degradadores do meio ambiente que, obrigatoriamente, necessitam de uma licença ambiental para sua instalação e operação. Em geral, tais estudos e relatórios são padronizados em uma estrutura que remete a três dimensões: *o meio físico, o meio biótico e o meio antrópico*. Além de uma compartimentalização da realidade de acordo com o conhecimento científico construído a partir do século XIX, nota-se uma nítida perspectiva "realista" ou naturalizante, com clara hierarquia do meio físico em relação ao biótico e destes dois em relação ao chamado "meio antrópico". A própria denominação de "antrópico" provoca efeito naturalizante, na medida em que abstrai concepções relativas às dimensões social, histórica, cultural e política como constitutivas da construção do meio ambiente. Um dos resultados mais evidentes é justamente a ausência de um diagnóstico sociocultural quando da avaliação dos processos e dinâmicas deflagrados pela implementação de um dado empreendimento em uma determinada localidade (o que os técnicos tendem a

chamar de “impactos”). Contabiliza-se, quando muito, número de propriedades atingidas e não as redes de relações sociais e culturais afetadas, rompidas, desestruturadas, etc pelos mesmos processos. Uma pluralidade de ambientes e sociedades torna-se invisíveis por esta abordagem, como por exemplo, comunidades quilombolas e indígenas, além de grupos denominados como povos tradicionais. O mesmo efeito é provocado por projetos de conservação ambiental que incidem sobre áreas habitadas, ou seja, territórios e lugares sociais. Muitas vezes, conflitos são gerados pelo esvaziamento compulsório dessas localidades destinadas a se tornarem refúgios ecológicos.

Este projeto salienta, portanto, a necessidade de se estabelecer um espaço de reflexão crítico às posturas hegemônicas e homogeneizadoras que subsumem os complexos processos sociais e os diversos sujeitos neles envolvidos em uma metafísica do ambiente, reduzindo-o, por esta via, a um objeto material, uno e quantificável, passível, portanto, de inscrição numa causa universal sob forte direcionamento economicista. Com efeito, em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é atravessado por conflitos sociais entre sujeitos que sustentam projetos distintos de sociedade e, numa perspectiva política, possuem posições assimétricas. A diversidade biológica pensada de forma indissociada da diversidade dos modos de vida nas sociedades humanas requer um conhecimento socioambiental que tenha como horizonte uma meta transdisciplinar e além – incorporando também os saberes não disciplinares numa perspectiva complexa, expressa seu compromisso com a pluralidade, o pensamento crítico e a equidade ambiental.

O curso pretende, pois, congregar uma pluralidade de perspectivas a partir do estabelecimento de um campo comum de debate e de estudos. A equipe docente deverá ser composta por pessoas de áreas diversas, que têm em comum mais do que o interesse pela questão ambiental: ousam, acima de tudo, apostar na necessidade de construir um novo patamar de análise, onde natureza e sociedade se apresentam imbricadas, e impossíveis de serem compreendidas separadamente. Sobretudo, nosso foco é a construção de um ensino, pesquisa e extensão críticos, que abarquem a complexidade física, biológica, histórica e social da questão ambiental.

Destacamos o ineditismo da proposta no âmbito das universidades brasileiras e até mesmo internacionais. A partir de uma pesquisa nos cursos das várias instituições de ensino superior, constata-se que o Curso de Ciências Socioambientais será o primeiro a implantar a

preparação de profissionais com esse perfil. É de se ressaltar, ainda, que o presente projeto não visa um mero somatório de conhecimentos das várias áreas, que o aluno teria que agregar. O objetivo é formar um profissional com domínio de conhecimentos integrados, capaz de articular as questões das várias áreas do conhecimento e refletir sobre realidades práticas e problemas socioambientais urgentes. Evidencia-se, por esses motivos, a relevância do curso proposto no âmbito da sociedade brasileira contemporânea.

8. Organização Curricular

De acordo com as Diretrizes para a Flexibilização Curricular da UFMG, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em 2001, os currículos dos cursos de graduação têm por base a flexibilidade, a diversidade, o dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional.

Nesse sentido, o currículo é concebido como um sistema articulado de saberes, organizado sob a forma de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas, de formação complementar e de formação livre, de modo a favorecer ao estudante a construção de trajetórias, cujos percursos contemplam uma estrutura com três dimensões, a saber: um Núcleo de Formação Específica, uma Formação Complementar e um conjunto de atividades de Formação Livre.

a) Núcleo de Formação Específica (NFE) - é constituído por duas bases de conhecimentos. A primeira base é formada por conhecimentos característicos do campo profissional, os quais imprimem visibilidade ao exercício da profissão, ou seja, representa os saberes fundamentais da área específica do curso. A segunda integra os saberes de outros campos correlatos que sustentam esse saber. Neste núcleo as atividades acadêmicas ofertadas, seja de natureza obrigatória ou optativa, cujo conteúdo seja imprescindível ao desempenho profissional. No que se refere à

integralização das atividades optativas, essas podem ser organizadas a partir de diversas possibilidades formativas conforme proposto pelo estudante.

b) Formação Complementar (FC) - integra um conjunto de conhecimentos conexos de um determinado campo profissional. Baseia-se na possibilidade de escolha de uma complementação da formação específica, mediante aquisição de saberes em áreas afins, cujos conteúdos apresentem conexão com o NFE. A Formação Aberta, com base nas atividades acadêmicas, parte de proposição do aluno, sob orientação docente, condicionada à autorização do Colegiado. A integralização das atividades dessa formação possibilita a obtenção de um certificado. A obtenção do referido certificado está condicionada a conclusão do curso.

No caso de opção por um percurso de Formação Complementar, a integralização curricular ocorre na forma de bacharelado com Formação Complementar Aberta na área escolhida pelo estudante.– Quando o estudante opta por essa forma, esta ocorre de maneira concomitante com as atividades do Núcleo de Formação Específica.

c) Formação Livre – integra um conjunto de atividades acadêmicas de qualquer campo do conhecimento. Possibilita ampliar a formação a partir do interesse individual do estudante, podendo ser integralizada entre as diversas atividades curriculares da Universidade. Porém, é de natureza obrigatória para a integralização do currículo.

As opções de trajetórias a serem integralizadas pelo estudante são orientadas por um docente/tutor, com base no perfil de formação do egresso previsto no PPC, condicionadas à aprovação do Colegiado do Curso.

O discente que optar pelo percurso com Formação Complementar deverá efetuar uma solicitação formal para tal junto a Secretaria do Colegiado do Curso. No caso de Formação Complementar Aberta, deverá apresentar um rol de atividades com até 300 horas, 20 créditos,

sendo o discente orientado por um docente/tutor e o plano de FC aprovada pelo Colegiado do Curso.

Dessa forma, o modelo de currículo proposto enfatiza a flexibilidade e a diversidade, representadas tanto pela possibilidade de trajetórias diferenciadas através dos percursos acadêmicos, quanto pelos diversos formatos das atividades que compõem o currículo e que são consideradas relevantes para a formação do estudante, entre as quais: seminários, monitorias, projetos de pesquisa e/ou extensão, vivências extracurriculares, participação em congressos e eventos ou ainda na forma de disciplina.

8.1 Trajetórias/Percursos de Integralização e Representação do Currículo

A) Percurso 1

Bacharelado com Formação Livre, FL.

1. **(Diferencial: carga horária optativa 630, ou 42 créditos; carga horária de formação livre, FL, 180, ou 12 créditos.)**

PERÍODO	ATIVIDADES E CARGA HORÁRIA							CH Semestral
1º	Cultura e Ambiente (60 h)	Economia e Ecologia (60 h)	Fundamentos em Ecologia (60 h)	História e Ambiente (60 h)	Introdução às Ciências Socioambientais (30 h)	Teorias das Ciências (30 h)		300 h
2º	Fundamentos de Análise Sociológica (60 h)	História da Ciência e da Técnica (60 h)	Introdução à Demografia (60 h)	Métodos Quantitativos (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
3º	Espaço Agrário no Brasil (60 h)	Conservação da Biodiversidade (60 h)	Saneamento Ambienta (60 h)l	Territorialidades e Povos Tradicionais (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
4º	Ecologia Política e Justiça Ambiental (60 h)	Métodos Qualitativos (60 h)	Introdução à Geodiversidade (60 h)	Aulas Práticas Integradas de Campo A (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
5º	Análise Socioambiental (60 h)	Epidemiologia e Sociedade (60 h)	Urbanização e Dinâmica Urbana (60 h)	Aulas Práticas Integradas de Campo B (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
6º	Agroecologia (45 h)	Relações Internacionais e Meio Ambiente (30 h)	Estágio Curricular (45 h)	Carga Optativa (120 h)	Formação Livre (60 h)			300 h
7º	Seminários (60 h)	Trabalho de Conclusão de Curso I(60 h)	Carga Optativa (120 h)	Formação Livre (60 h)				300 h
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II (90 h)	Carga Optativa (150 h)	Formação Livre (60 h)					300 h
CARGA HORÁRIA TOTAL (INCLUINDO TCC E ESTÁGIO)								**2400h**

A) Percurso 2

Bacharelado com Formação Complementar Aberta, FCA, e Formação Livre

(Diferencial: carga horária optativa, 330, ou 22 créditos; carga horária de formação livre, FL, 180, ou 12 créditos, e formação complementar aberta, FCA, 300, ou 20 créditos.)

PERÍODO	ATIVIDADES E CARGA HORÁRIA							CH Semestral
1º	Cultura e Ambiente (60 h)	Economia e Ecologia (60 h)	Fundamentos em Ecologia (60 h)	História e Ambiente (60 h)	Introdução às Ciências Socioambientais (30 h)	Teorias das Ciências (30 h)		300 h
2º	Fundamentos de Análise Sociológica (60 h)	História da Ciência e da Técnica (60 h)	Introdução à Demografia (60 h)	Métodos Quantitativos (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
3º	Espaço Agrário no Brasil (60 h)	Conservação da Biodiversidade (60 h)	Saneamento Ambienta (60 h)l	Territorialidades e Povos Tradicionais(60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
4º	Ecologia Política e Justiça Ambiental (60 h)	Métodos Qualitativos (60	Introdução à Geodiversidade (60 h)	Aulas Práticas Integradas de Campo A (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
5º	Análise Socioambiental (60 h)	Epidemiologia e Sociedade (60 h)	Urbanização e Dinâmica Urbana (60 h)	Aulas Práticas Integradas de Campo B (60 h)	Carga Optativa (60 h)			300 h
6º	Agroecologia (45 h)	Relações Internacionais e Meio Ambiente (30 h)	Estágio Curricular (45 h)	Carga Optativa (60 h)	Formação Livre (60h)	Formação Complementar Aberta (60h)		300 h
7º	Seminários (60 h)	Trabalho de Conclusão de Curso I (60 h)	Formação Livre (60h)	Formação Complementar Aberta (120h)				300 h
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II (90 h)	Carga Optativa (30 h)	Formação Livre (60h)	Formação Complementar Aberta (120h)				300 h
CARGA HORÁRIA TOTAL (INCLUINDO TCC E ESTÁGIO)								**2400h**

B). Atividades Acadêmicas Optativas para Integralização dos Percursos

Atividade Acadêmica	Créditos	Carga Horária
Tópicos em Ecologia e genética	4	60
Tópicos em Politica	4	60
Tópicos em Gestão Pública Não-Estatal	4	60
Tópicos em Gestão no Poder Legislativo	4	60
Tópicos em Gestão no Poder Executivo	4	60
Tópicos em Política Internacional	4	60
Tópicos em Política	4	60
Direito Ambiental	3	45
Tópicos em Economia e Ecologia	4	60
Metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais	2	30
Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos	3	45
Economia Ambiental	2	30
Introdução à Filosofia: Estética	4	60
Introdução à Filosofia: Ética	4	60
Introdução à Filosofia: Filosofia da Ciência e Epistemologia	4	60
Tópicos em Geologia	4	60
Tópicos em História IV	4	60
Tópicos em Relações Internacionais	4	60
Fundamentos de Libras	4	60

Tópicos em Saúde Pública	4	60
Tópicos em Demografia	4	60
Tópicos em Sociologia	4	60
Tópicos em Antropologia	4	60
Tópicos em Arqueologia	4	60
Saúde Ambiental	2	30
Programa de iniciação à Pesquisa I	1	15
Programa de iniciação à Pesquisa II	2	30
Programa de iniciação à Pesquisa III	4	60
Programa de iniciação à Extensão I	1	15
Programa de iniciação à Extensão II	2	30
Programa de iniciação à Extensão III	4	60
Programa de iniciação à Docência I	1	15
Programa de iniciação à Docência II	2	30
Programa de iniciação à Docência III	3	45

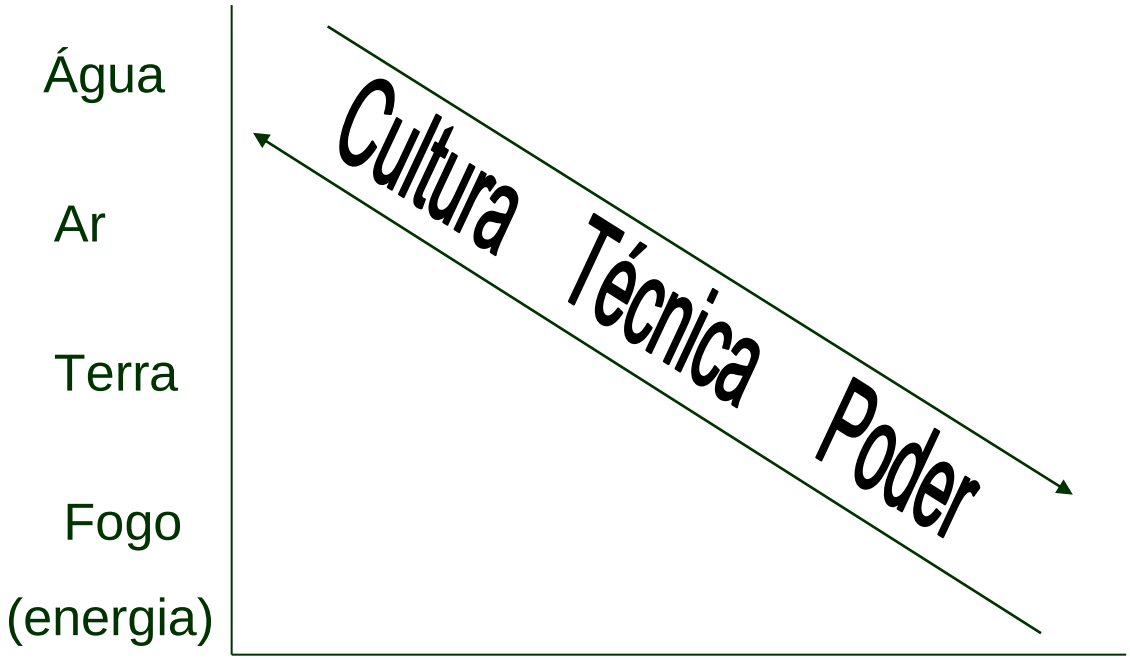
OBS:

1. As atividades de formação livre, FL, e formação complementar, FC, correspondem as disciplinas de todos os demais cursos de graduação da UFMG, cabendo ao aluno fazer a escolha de acordo com os créditos correspondes ao período.

8.2 Eixo Metodológico

Objetivando a formação de um profissional capaz de integrar os conhecimentos técnico-ambientais à leitura social das realidades, pronto a agir profissionalmente nessa dinâmica interdisciplinar, o curso propõe uma matriz disciplinar não compartimentada. Assim, a formação de nosso aluno será crítica à fragmentação dicotômica do conhecimento e buscará uma concepção teórico-metodológica que privilegie análises sincrônicas da construção sócio-histórica de nossos processos de desenvolvimento. Tal formação implica em sólidos

conhecimentos das ciências da natureza e das ciências sociais, em construtivo diálogo temático que problematize as indivisíveis relações natureza-cultura. Para tanto, propõe-se o seguinte eixo matricial condutor:



As atividades acadêmicas geradoras de crédito, na forma das disciplinas já elencadas, buscam atender à concepção conceitual discutida e apresentada acima. Conformam modalidades e possibilidades de habilitações que vão de um núcleo específico de atividades acadêmicas à formação mais aberta e livre em um corpo de ofertas disciplinares e de outras atividades integradoras de crédito.

As Aulas Práticas Integradas de Campo (APIC) deverão proporcionar aos alunos uma abordagem ampla de situações reais que proporcionem ações específicas e discussão de casos de forma interdisciplinar.

As disciplinas “Seminários” visa desenvolver a capacidade dos discentes em relacionar as várias disciplinas que confluem no campo transdisciplinar socioambiental, sendo um momento de aprofundamento em que os discentes têm a oportunidade de debater com

pesquisadores de várias áreas que tenham a pesquisas no campo transdisciplinar das ciências socioambientais.

Para a conclusão do curso e obtenção do título de cientista socioambiental o aluno deverá apresentar um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), a ser construído em etapas expressas na Matriz Curricular e detalhado neste projeto. O Estágio Obrigatório é o espaço privilegiado de contato com a prática profissional. E o TCC constitui-se em uma etapa de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. É uma experiência fundamental na formação do bacharel em Ciências Socioambientais e lhe proporciona a oportunidade de propor e resolver, de forma rigorosa e criativa, problemas teóricos e empíricos da área de sua formação. É, enfim, uma atividade de síntese e integração de conhecimentos a ser apresentada pelo aluno como requisito para a sua aprovação ao final do Curso.

8.3 – Aulas Práticas Integradas de Campo - APICs

Aspectos Gerais

Desenvolvimento de aprendizado em nível prático, em atividade de campo, com ações interdisciplinares, coordenadas por, no mínimo, 3 professores do curso. As atividades acontecerão em locais onde possa existir uma abordagem ampla de situações reais que proporcionem ações específicas e discussão de casos de forma interdisciplinar. Os alunos serão divididos em grupos, sob responsabilidade de um ou mais professores, para desenvolverem trabalhos de investigação e diagnóstico. Ao final de cada dia e do período de Aulas Práticas Integradas de Campo, serão feitas discussões coordenadas do(s) caso(s) observado(s) com busca de possibilidades de planos de ação local.

Objetivos:

. estudar realidades socioambientais com observação *in loco;*

. discutir ações locais e projetos de desenvolvimento com sustentabilidade;

. apreender formas de manifestação e de intervenção da sociedade ;

. refletir sobre casos reais da relação sociedade/natureza;

. aprender formas de investigação e de diagnóstico de situações;

. possibilitar a confrontação de aprendizados teóricos com a aplicabilidade de intervenções na realidade;

. contribuir para a integração interdisciplinar na formação curricular;

. motivar projetos de pesquisa e de investigação para alunos e professores;

. promover o diálogo técnico com as manifestações das realidades locais;

. possibilitar a observação da realidade do mercado de trabalho pelos futuros profissionais;

. firmar laços de comunicação entre a universidade e as comunidades visitadas;

. retornar à localidade visitada para apresentar resultados de análises e discutir ações.

Estrutura:

A APIC tem estrutura de atividade acadêmica sendo coordenada por um ou mais professores. A critério do Colegiado as disciplina APIC A poderá ser dividida em até 4 turmas. Apesar de cada turma (APICAA, APICAB, APICAC, APICAD) ter um professor responsável, as atividades ocorrerão em conjunto ou em grupos de trabalho, propiciando, assim, que profissionais de diferentes áreas estejam trabalhando juntos. O mesmo ocorre com a disciplina APIC B, que também poderá ser dividia em até quatro turmas (APICBA, APICBB, APICBC, APICBD). Em ambas disciplinas, cada aluno será avaliado pela média das notas dos professores participantes.

As Aulas Práticas Integradas de Campo (APICs) poderão ser objeto de convênios entre a Universidade, empresas, instituições e municípios, o que poderá constituir em possibilidades de gestão e financiamento conjuntos da atividade curricular.

As aulas de campo serão realizadas em conjunto ou em grupos de trabalho específicos coordenados e supervisionados pelos professores participantes, com trocas de experiência entre todos, de acordo com a realidade do(s) problema(s) enfocado(s) na atividade.

Temática:

A temática de cada APIC, o local de sua realização e sua distribuição temporal serão definidos pelo Colegiado do Curso, atendendo às questões e problemas atuais e contingentes, de forma a integrar o bacharelando com a realidade socioambiental de determinado local/território.

8.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Aspectos Gerais

O Trabalho de Conclusão do Curso constitui-se em uma etapa de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. É uma experiência fundamental na formação do bacharel em Ciências Socioambientais e lhe proporciona a oportunidade de propor e resolver, de forma rigorosa e criativa, problemas teóricos e empíricos da área de sua formação. É, enfim, uma atividade de síntese e integração de conhecimentos a ser apresentada pelo aluno como requisito para a sua aprovação ao final do Curso. Sendo sua elaboração divida entre as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso 1, com 60 horas aulas, 4 créditos, e Trabalho de Conclusão de Curso 2, com 90 horas aulas, 6 créditos.

Como trabalho que se submete aos padrões da produção científica, o TCC deve respeitar seus parâmetros. Assim, ele envolve três etapas: a de formulação de um projeto, sua execução na forma de uma investigação e a apresentação em formato acadêmico adequado. Estas três etapas conjugadas asseguram ao TCC um caráter diferente dos trabalhos normalmente desenvolvidos pelos estudantes em suas respectivas atividades acadêmicas. O TCC deve ser concebido e executado como uma atividade científica, não como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um conteúdo disciplinar específico. É nesse sentido que o TCC deve possuir uma forma (textual, midiática, etc) que demonstre conhecimento e capacidades específicas e que respeita a área de estudos à qual se encontra vinculado. Deve estruturar-se em torno de um objeto construído e delimitado a partir de uma problematização relativa à questão socioambiental.

No TCC o aluno deverá demonstrar capacidade de propor e elaborar um trabalho de síntese e integração de conhecimento na área socioambiental, de forma autônoma e independente, sob orientação de um docente do Curso de Ciências Socioambientais ou, a critério da Coordenação, de outro Curso da UFMG ou de outra Universidade. A responsabilidade de encaminhar a proposta do tema e elaborar o trabalho de conclusão do curso (TCC) é exclusivamente do aluno.

O TCC deverá enfocar temas referentes às realidades socioambientais ou a produtos e ações de intervenção em situações reais, devendo contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas ao profissional das Ciências Socioambientais.

A organização e supervisão das atividades de TCC ficarão sob a responsabilidade de Comissão designada pela Coordenação do Curso.

Etapas

O processo de elaboração do TCC dar-se-á em três etapas:

1. **Elaboração de Proposta/projeto, avaliação e aprovação do tema do trabalho e indicação do orientador.** Como critérios básicos para esta fase, o projeto terá que atender a quatro requisitos: a escolha do tema, sua definição, delimitação e problematização. Junto a este processo somar-se-iam os métodos e técnicas a serem utilizados, bem como o estabelecimento de etapas de trabalho expressos na forma de um cronograma.

2. **Execução do trabalho**. Corresponde à realização do projeto propriamente dito. É imprescindível que o aluno, no decorrer desta etapa, aplique os conhecimentos de sua área. Para cumprimento desta etapa o aluno deve valer-se de métodos e técnicas validadas academicamente que incluem pertinência, consistência, manipulação de variáveis e de hipóteses, interpretação de dados e informações de acordo com padrões de representatividade compatíveis com seu tema, seu problema/hipótese de trabalho e sua área de conhecimento ou de exercício profissional.

3. **Avaliação do trabalho**. Submissão do TCC à crítica da comunidade, apreciado por uma banca de avaliadores composta de dois professores: o orientador e outro professor escolhido de acordo com sua habilitação técnica em relação ao tema de investigação. A banca de exame final é um mecanismo que possibilita a avaliação do TCC sob a ótica de diferentes

perspectivas. Nesse sentido, a banca deverá avaliar a consistência lógica do trabalho, a coerência entre problema, hipóteses e nível de demonstração ou de validade argumentativa na correlação entre pressupostos, postulados e corroboração empírica. A submissão do TCC à discussão pública e dos pares articula-se em torno de dois propósitos: sua sujeição à crítica e averiguação de sua capacidade de refutação. Sujeito à crítica, na multiplicidade de perspectivas representadas pelos avaliadores, o trabalho de conclusão de curso estará cumprindo estes dois propósitos e atendendo, integralmente, a seu papel de atividade de pesquisa e/ou técnico-profissional. Do ponto de vista do aluno, a defesa diante de uma banca examinadora significa a possibilidade de testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva frente a outras diferentes. Ao mesmo tempo, permitir-lhe-á esclarecer elementos de seu trabalho que possam ter ficado obscuros ou frágeis do ponto de vista de sua consistência ou pertinência científica. Neste sentido, a defesa do TCC exercitará a capacidade lógico-dedutiva, de análise e de síntese do aluno, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas ideias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos distintos daqueles que desenvolveu.

Proposta de temas

Os alunos deverão cursar as atividades acadêmicas de TCC, ocasião em que deverão elaborar o projeto do trabalho e receber orientações para sua execução.

O trabalho deverá ser proposto e elaborado de forma individual.

Os trabalhos propostos deverão ser relativos a tópicos relacionados aos eixos norteadores do curso de Ciências Socioambientais.

Tipos de TCC permitidos

1. **Monografia de Tema Livre**: assunto geral da área socioambiental com análise de dados e de referências bibliográficas.
2. **Relatório de Estágio**: análise e resolução de um problema socioambiental, detectado durante atividades de estágio.
3. **Projeto ou relatório de ação ou de intervenção**: elaborado a partir de situação real.

4. **Diagnóstico/Interpretação de situação**: a partir de análise de dados primários ou secundários.
5. **Relatório de Iniciação Científica**: Descrição, análise ou aprofundamento de projeto de iniciação científica.
6. **Relatório de atividades de extensão**
7. Documentários em mídias diversas.

OBS: Outras propostas deverão passar pela avaliação do colegiado de curso.

A proposta do TCC deverá conter projeto específico. Os modelos para a apresentação dessa proposta serão objeto da atividade acadêmica TCC 1.

O projeto de TCC do aluno será avaliado por Comissão específica, que verificará sua pertinência com relação às competências e habilidades exigidas para o bacharelando em Ciências Socioambientais. Em caso de tema ou estrutura inapropriada, o aluno deverá apresentar uma proposta modificada, dentro do prazo estabelecido pelo cronograma do curso.

Elaboração do TCC

No decorrer das atividades acadêmicas de TCC os alunos devem estabelecer um cronograma de atividades para o desenvolvimento do trabalho e também de reuniões periódicas com seus respectivos orientadores, para avaliar o andamento do trabalho, de forma a assegurar as características exigidas para o TCC.

Apesar do conteúdo do TCC ser de autoria do aluno, o seu texto final deverá seguir normas para a estrutura e formatação que serão discutidas de acordo com a tipologia do TCC definido.

Itens a serem incluídos: capa padronizada (a ser disponibilizada no ambiente do ensino aberto da atividade acadêmica) indicando o título do trabalho; resumo; introdução explicitando a justificativa e relevância do tema do trabalho e seus objetivos; metodologia utilizada; resultados alcançados; conclusões; referências consultadas e anexos (se necessários).

Tamanho máximo: 50 páginas (excluindo os anexos).

Declaração do aluno de que o trabalho apresentado é de sua autoria e de que as partes que não o são foram devidamente citadas e referenciadas.

O TCC deverá ser entregue conforme cronograma específico em versão impressa em papel (A4) além de outras formas conforme tipo de trabalho desenvolvido e entregue no Colegiado de Graduação do Curso. Também deverá ser entregue em arquivo PDF (versão eletrônica).

A Orientação

O orientador de TCC será um docente do Curso de Ciências Socioambientais ou, eventualmente docente de outro Curso ou Unidade da UFMG, ou mesmo de fora dela, com a tarefa de orientar e supervisionar a elaboração do Trabalho. O Orientador não é responsável pelo desenvolvimento do conteúdo proposto, nem pela escolha de ferramentas ou procedimentos. Caberá a ele a função de verificar se o trabalho que está sendo desenvolvido se caracteriza como atividade de síntese e integração de conhecimento de aspectos relacionados à formação do graduando em Ciências Socioambientais, podendo interferir no andamento do trabalho, de forma a atender esta exigência.

8.5 Estágio Supervisionado

Tal como nas APICs, trata-se de desenvolvimento de aprendizado em nível prático, em instituições de pesquisa, acadêmicas, governamentais, não-governamentais, empresas, entre outras. Esta atividade será coordenada por professores de área específica a ser designado pelo Colegiado do curso. Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar um relatório técnico a ser avaliado pelo orientador do estágio.

O estágio curricular é uma atividade de caráter pedagógico planejada, acompanhada e avaliada, que objetiva complementar a formação acadêmica, envolvendo o desenvolvimento

de aprendizado em nível prático, em instituições de pesquisa, acadêmicas, governamentais, não-governamentais, empresas, entre outras.

Para integralização do curso, o aluno deverá cumprir uma atividade de estágio denominada Estágio Curricular Obrigatório, cuja carga horária total de 45 (quarenta e cinco) horas, sendo 40 (quarenta) horas exercidas no campo de estágio e 5 (cinco) horas de acompanhamento do professor orientador, equivalente no total a 3 créditos, como requisito para aprovação e obtenção de diploma.

O aluno poderá optar por realizar uma segunda atividade de estágio denominada Estágio Curricular Optativo, como uma atividade de formação complementar.

As atividades desenvolvidas no estágio devem propiciar o desenvolvimento da capacidade para refletir e intervir, de forma metódica e integrada, sobre os processos que envolvem as relações entre sociedade(s) e ambiente (s), tendo em vista as imbricações de suas dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, espaciais, históricas e ecológicas.

As atividades de Estágio Curricular Optativo somente poderão ser realizadas por alunos regularmente matriculados no curso e que tenham cursado no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, no mínimo, 600 (seiscentas) horas, ou seja, , correspondente a 1/4 da carga horária total.

As atividades de Estágio Curricular Obrigatório somente poderão ser realizadas por alunos regularmente matriculados no curso e que tenham cursado no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas, ou seja, , correspondente a 2/4 da carga horária total.

A carga horária do Estágio Curricular será determinada de modo a não prejudicar o desempenho acadêmico do aluno nas demais atividades curriculares:

I. A definição do horário semanal do Estágio Curricular deve prever o tempo necessário para o deslocamento do aluno, entre o local do estágio e as dependências do curso de Graduação em Ciências Socioambientais, no campus Pampulha da UFMG, de modo a não causar prejuízos ou atrasos do aluno no horário das aulas teóricas, práticas ou de campo.

II. Caso seja constatada deficiência no desempenho acadêmico do aluno, a Coordenação do Curso de Ciências Socioambientais poderá solicitar o cancelamento ou a redução da carga horária semanal do Estágio Curricular.

III. O Estágio Curricular não poderá ser utilizado como justificativa para comprovar ausência nas disciplinas nas quais o aluno encontra-se matriculado.

IV. O Estágio Curricular nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

As atividades de estágio serão desenvolvidas sob a orientação de um professor do curso de Ciências Socioambientais, em conjunto com um supervisor no campo de estágio. Como requisitos para a integralização de créditos nesta atividade são exigidos:

I. Aprovação pelo Colegiado do Plano de Atividades a ser desenvolvido junto à Instituição, contendo descrição detalhada das atividades, cronograma e aquiescência do responsável na Instituição pela orientação do trabalho.
II. Apresentação ao Colegiado de Relatório Final das atividades, avaliado e aprovado pelos professores orientadores do Curso de Ciências Socioambientais e da Instituição.

Sendo que a cada 12 meses deverá ser entregue um relatório parcial do Estágio.

São atribuições do professor orientador: atender seus orientandos em datas e horários previamente fixados, cumprir as atribuições decorrentes da atividade de orientação, oferecendo ao aluno o suporte teórico-metodológico necessário ao desenvolvimento do seu trabalho e dele exigindo a dedicação e a disciplina necessárias para a execução da atividade de estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido para fins de aprovação na disciplina “Estágio Curricular” do Curso de Graduação em Ciências Socioambientais.

A matrícula em Estágio Supervisionado será solicitada na Secretaria do Colegiado, pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu início, através do preenchimento de formulário próprio que incluirá um plano de trabalho.

O plano de trabalho deverá informar as áreas de conhecimento do estágio supervisionado, relevância para a sua formação, data de início, duração, jornada de trabalho,

horário, local, cronograma de atividades previstas, termo de compromisso de orientação assinado pelo professor orientador responsável pelo projeto, indicação do supervisor designado pelo campo de estágio e sistema de acompanhamento do estágio.

As atividades realizadas pelo aluno no decorrer do Curso, enquanto empregado em empresas e instituições públicas ou privadas, poderão servir como objeto para cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório, desde que:

I. As atividades estejam de acordo com o estabelecido neste PPC;

II. As atividades tenham sido realizadas após o aluno ter concluído uma carga horária no Curso conforme estabelecido neste regulamento;

III. As atividades realizadas tenham uma carga horária suficiente para suprir a totalidade do Estagio Obrigatório;

As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Optativo poderão ser utilizadas para integralização de créditos, sendo possível aproveitar no máximo 4 (quatro) créditos, sendo atribuído 1 (um) crédito para cada 180 (cento e oitenta) horas de atividades realizadas.

A critério do Colegiado, as atividades de iniciação científica e extensão poderão servir como objeto para o cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório desde que:

I - Informações e conhecimentos de aplicação prática segundo o estabelecido neste PPC sejam devidamente demonstrados;

II – A carga horária total da disciplina Estágio Supervisionado seja atendida.

Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Socioambientais.

8.6 Atividades Acadêmicas Complementares

A ampliação do conceito de currículo, proposta pelas diretrizes gerais da UFMG viabiliza também a flexibilização horizontal, ou seja, possibilitar ao aluno o aproveitamento

para fins de integralização curricular de várias atividades acadêmicas. Nesse caso, deve-se considerar como passíveis de crédito alternativas outras que não só as disciplinas.

Essas atividades são tão importantes para a formação do aluno, que é difícil encontrar justificativas para que elas não estejam sendo utilizadas para tal fim. Desta forma, a flexibilização horizontal como aproveitamento de atividades acadêmicas está prevista no âmbito dos estágios e do TCC. E de forma não concomitante a tais possibilidades já previstas neste projeto, ainda podem ser consideradas com Atividades Acadêmicas:

- Seminários
- Participações em Eventos
- Discussões Temáticas
- Atividade Acadêmica à Distância
- Iniciação à Pesquisa, Docência e Extensão
- Vivência Profissional Complementar
- Outras Atividades Acadêmicas a Juízo do Colegiado

Para tanto, computa-se o total de até 4 créditos (60 horas) por atividade desenvolvida e concluída por um ano ou 720 horas, até 2 créditos (30 horas) por atividade desenvolvida e concluída em 6 meses ou 300 horas, e 1 crédito quando se trata de eventos ou outras atividades realizados por volta de 1 mês ou 40 horas.

A realização da Atividade Acadêmica não implica no aproveitamento imediato do crédito ficando a critério do Colegiado, se a atividade deve ou não ser aproveitada, considerando o quanto a atividade contribui ou não para a formação do perfil do profissional em Ciências Socioambientais.

A proporção entre tempo de duração e carga horária da Atividade Acadêmica e a carga horária ou de créditos registradas é apenas um parâmetro, para o julgamento do Colegiado de Curso.

Podem ser computados, no máximo, 8 créditos (120 horas) de atividade acadêmica. Que devem ser registradas como atividade optativa, nas seguintes rubricas:

	ATIVIDADE ACADÊMICA	CH	DEPTO/ UNIDADE
1	**Programa de iniciação à Pesquisa I** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de pesquisa.	15	FAFICH
2	**Programa de iniciação à Pesquisa II** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de pesquisa.	30	FAFICH
3	**Programa de iniciação à Pesquisa III** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de pesquisa.	60	FAFICH
4	**Programa de iniciação à Extensão I** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de extensão.	15	FAFICH
5	**Programa de iniciação à Extensão II** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de extensão.	30	FAFICH
6	**Programa de iniciação à Extensão III** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de extensão.	60	FAFICH
7	**Programa de iniciação à Docência I** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de docência.	15	FAFICH
8	**Programa de iniciação à Docência II** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de docência.	30	FAFICH
9	**Programa de iniciação à Docência III** Desenvolvimento de atividades intrínsecas a programas de docência.	45	FAFICH

8.7 Ementário

EMENTÁRIO

CURSO: CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

AGROECOLOGIA **CÓDIGO: BIG044**

Sistemas sustentáveis de produção de alimentos. O ecossistema natural como modelo de agroecossistemas sustentáveis. A contribuição do etnoconhecimento para sustentabilidade agrícola. Conversão agroecológica de sistemas de produção. Manejo ecológico de solos e pragas agrícolas. Conservação de recursos genéticos na agricultura. Sistemas agroflorestais e conservação da biodiversidade. Agricultura urbana e sua relação com a segurança alimentar e nutricional. Certificação de produtos orgânicos. Licenciamento e auditoria ambiental na agropecuária.

Bibliografia básica:

1) ALTIERI, M.A. Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240 p.

2) CAMPOLINA, A. S.; Machado, A. T.; Silva, B. M.; van der Weid, J. M.. Milho crioulo: conservação e uso da biodiversidade. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998.

3) GLIESSMAN,S.R. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2 ed., 2001, 653 p.

AULAS PRÁTICAS INTEGRADAS DE CAMPO A **CÓDIGO: INU008**

Diagnósticos de realidade e discussão de ações. Análises multidisciplinares de realidades em ação prática.

Bibliografia básica:

Não se aplica

AULAS PRÁTICAS INTEGRADAS DE CAMPO B **CÓDIGO: INU010**

Diagnósticos de realidade e discussão de ações. Análises multidisciplinares de realidades em ação prática.

Bibliografia básica:

Não se aplica

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL **CÓDIGO: INU009**

Seminários: Indicadores ambientais e sociais clássicos, limites e potenciais; Avaliação de equidade ambiental e risco, novas abordagens.

Bibliografia básica:

1) LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Petrópolis, Vozes, 343 p., 2001.

3) SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. EDUSP, 2002.

4) ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K e PEREIRA, D. A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE **CÓDIGO: BIG055**

Conceitos ecológicos aplicados à conservação da diversidade biológica; Diversidade genética, de espécies, e de ecossistemas; Fragmentação de habitats; Mudanças climáticas e efeitos na biodiversidade; Espécies invasoras; Ecologia da restauração; Funções e serviços ecossistêmicos;

Superexploração da biodiversidade; Políticas públicas: convenções e acordos internacionais; Políticas nacionais para a conservação da biodiversidade; Áreas protegidas; Estudos de caso de manejo da biodiversidade.

Bibliografia básica:

1) CULLEN, L., RUDRAN, R. e VALLADARES_PADUA, C. (orgs). Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Curitiba: Ed. UFPR. 2003.

2) DIEGUES, A. C. (editor). Etnoconservação. São Paulo: USP/NUPAUB, 2001.

3) PRIMACK, R .B.; RODRIGUES, E. Biologia da Conservação. Londrina, E. Rodrigues. 2001.

CULTURA E AMBIENTE **CÓDIGO: SOA091**

Trajetória do conceito de cultura na antropologia com ênfase na relação cultura e natureza. Introdução às vertentes clássicas do conceito de cultura em sua relação com a natureza e o meio ambiente e discussão das abordagens contemporâneas.

Bibliografia básica:

1) LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 116p

2) MILTON, Kay. Environmentalism and Cultural Theory. London: Routledge, 1996.

3) SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

DIREITO AMBIENTAL **CÓDIGO: DIP018**

Ambiente enquanto matéria de afetação jurídica, tutela preventiva e reparatória de sua integridade. Direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de terceira geração. Direito ambiental na constituição. Distribuição de competências em matéria ambiental. Diretrizes e tipologia da Legislação ambiental. Institutos do Direito ambiental. Sistemas de gestão ambiental. Entidades da sociedade civil e Direito ambiental.

Bibliografia básica:

1) ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. 2 ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1992.

2) FREITAS, Vladimir Passos de. (Org.) Direito Ambiental em Evolução. Curitiba, Juruá, 1998.

3) MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, 10ª edição, São Paulo, Malheiros, 2002.

ECONOMIA AMBIENTAL **CÓDIGO: ESA130**

Conceitos básicos de economia. Valor econômico de resíduos e rejeitos. Bolsa de resíduos. Ciclo de vida de insumos, produtos e resíduos e rejeitos industriais. O conceito do crédito ambiental: créditos de carbono. Commodities, Cobrança pelo uso dos recursos naturais.

Bibliografia básica:

1) JANET M. THOMAS E SCOTT J. CALLAN . Economia Ambiental. São Paulo: Cenage Learnig. 2009.

2) VESILIND, P. A., MORGAN, S.M. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Cenage Learning, 2011.

3) RONALDO SEROA DA MOTTA. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

ECONOMIA E ECOLOGIA **CÓDIGO: ECN073**

Crescimento zero do Clube de Roma, respostas clássicas/neoclássicas, internalização de custos sociais e ambientais, tragédia dos comuns, dilema dos prisioneiros, propostas alternativas: a economia ecológica: aplicação das lei da termodinâmica à economia, “steady state economy”, a necessidade da intervenção do Estado, regras de “comando” e “controle”, abordagens marxistas: a segunda contradição do capitalismo, revolução da eficiência, des-materialização da economia.

Bibliografia básica:

2) CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Ed.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade sustentável. Recife: Cortez, 1998, 153-176.

3) MARTINEZ-ALIER, J.; Justiça ambiental (local e global). Em: CAVALCANTI, C. (org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas, São Paulo: Cortez, 1999.

6) STAHEL, A. W.; Capitalismo e entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. EM: CAVALCANTI, C. (org.), Desenvolvimento e Natureza, São Paulo: Cortez, 1998. 104-127.

ECOLOGIA POLÍTICA E JUSTIÇA AMBIENTAL **CÓDIGO: SOA093**

Crítica do desenvolvimento sustentável. Análise das contradições inerentes ao campo de poder do projeto hegemônico de desenvolvimento. Problematização do paradigma da *modernização ecológica*. Ênfase à Ecologia Política em contraposição às análises consensuais. Noções de conflito socioambiental e justiça ambiental.

Bibliografia básica:

1) DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à crítica da Ecologia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

2) SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

3) ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

EPIDEMIOLOGIA E SOCIEDADE **CÓDIGO: MPS027**

Estudo do processo saúde-doença em populações. Análise da distribuição populacional e dos fatores condicionantes das enfermidades, dos agravos à saúde e dos eventos associados à saúde coletiva. Proposição de ações específicas de prevenção, controle ou erradicação de agravos. Estudo de indicadores epidemiológicos para o planejamento, a administração e avaliação das ações de saúde pública. Fundamentos teóricos, metodológicos e instrumentais do conhecimento epidemiológico. Análise de situações reais de processos de saúde-doença envolvendo populações humanas e animais em ambiente natural transformado.

Bibliografia básica:

1) MACMAHON, B.; IPSEN, J.; PUGH, F. T. Métodos de Epidemiologia México: Ed. La Prensa Mexicana, 1969.

2) MEDRONHO, Roberto A. et al (ed.). Epidemiologia. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

3) POSSAS, C. Epidemiologia e Sociedade: compromisso histórico da epidemiologia. São Paulo: HUCITEC, 1989.

4) ROUQUAYROL, M. Z. & ALMEIDA FILHO, Naomar. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

ESPAÇO AGRÁRIO NO BRASIL **CÓDIGO: SOA057**

Espaço Agrário do Brasil. Agricultura e o processo de desenvolvimento brasileiro. Complexos agroindustriais e cidades do agronegócio. Questões agrária e agrícola. ONGs, Movimentos sociais e ordenação espacial do campo. Agricultura e o desenvolvimento sustentável. As políticas agrárias brasileiras no contexto internacional. Conflitos ambientais no campo.

Bibliografia básica:

1) GRAZIANO NETO, P. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. Campinas, Brasiliense,1982.

2) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1996.

3) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, M. I. O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

4) ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; BARROS, Doralice Perreira, A Insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socio-ambientais, Belo Horizonte: 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR **CÓDIGO: INU012**

Desenvolvimento prático de aprendizado em instituições acadêmicas, de pesquisa, governamentais, não-governamentais, empresas, entre outras, sob supervisão docente.

Bibliografia básica:

Não se aplica

FUNDAMENTOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA **CÓDIGO: SOA048**

Sociedade e Indivíduo; Socialização e Interação; Papéis, Status e Classes Sociais.

Bibliografia básica:

1) ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

2) GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

3) HALL, Stuart - A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

4) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista, São Paulo, Global editora, 1981.

5) SANTOS, T., A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

6) WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FUNDAMENTOS DE LIBRAS **CÓDIGO: LET223**

Visão socio-antropológica da Surdez. Aspectos históricos da Educação de Surdos e da formação da Libras. Relações entre surdos e ouvintes (educador, intérprete e família) e seu reflexo no contexto educacional. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Filosofias educacionais aplicadas aos Surdos e sua produção textual. Comunicação Básica em Libras.

Bibliografia básica:

1) GOLDFELD, M. *A criança surda*: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. 172 p.

2) QUADROS, Ronice Muller de & KARNOPP, Lodenir. *Língua de Sinais Brasileira*: Estudos Linguísticos. Porto Alegre, Artmed, 2004.

3) SKLIAR, Carlos. *Atualidade da educação bilíngue para surdo* – projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FUNDAMENTOS EM ECOLOGIA **CÓDIGO: BIG054**

Níveis de organização e universo de estudo em Ecologia; Evolução; Conceito de espécie; Estrutura de populações e parâmetros genéticos e ecológicos; Distribuição de populações; Interação entre espécies; Metapopulações e Biogeografia de Ilhas; Padrões de riqueza e diversidade de espécies; Biomas brasileiros; Fluxo de energia e matéria através dos ecossistemas; Sucessão ecológica; Introdução à conservação da biodiversidade.

Bibliografia básica:

1) TOWSEND, C.R., M. BEGON & J.L. HARPER. Fundamentos de Ecologia. ArtMed editora, 2006.

2) RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza. 6ª edição, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2010

3) BEGON, M; TOWNSEND, C.R.; HARPER,J.L. Ecologia: De indivíduos a ecossistemas. Artmed Editora. São Paulo, 2007

4) PRIMACK e E. RODRIGUES 2002. Biologia da Conservação. Editora Planta. Londrina, 2001.

GERENCIAMENTO RESIDUOS SOLIDOS URBANOS **CÓDIGO: ESA119**

Definição de resíduos sólidos. Caracterização quantitativa e qualitativa do resíduo urbano. Reciclagem e limpeza pública. Resíduos Especiais. Saúde, industrial, interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais. Acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final do resíduo e outras atividades dos serviços de reaproveitamento de resíduos gerados no meio urbano. Gerenciamento de sistemas de limpeza pública. Resíduos Especiais, Saúde, industrial. Interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais.

Bibliografia básica:

1. IBAM: Instituto Brasileiro de Gestão Municipal. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.* José Henrique Penido Monteiro et al. Rio de Janeiro: IBAM, 2001
2. IPT: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2000.
3. LIMA, José Dantas. *Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil*. ABES: 2001

HISTÓRIA E AMBIENTE — CÓDIGO: HIS238

Definições e conceitos. A Escola dos Annales: a natureza como objeto da História. A História Ambiental contemporânea: tendências, temas, debates e inserções políticas. O enfoque interdisciplinar a partir do olhar histórico. A história ambiental e as grandes questões da historiografia contemporânea: riscos e desafios. O lugar social do historiador e o enfoque da natureza.

Bibliografia básica:

1) CASTORIADIS, Cornelius. Encruzilhadas do Labirinto. Vol. 1 a 5. Rio: Paz e Terra, 1982/1992.

3) DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

5) THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA — CÓDIGO: HIS043

Técnica, sociedade, política e história: modos de fazer, modos de conviver, estratégias de enfrentamento. A ciência como saber constituído historicamente. Ciência, poder, conflito: ocupação e transformação do ambiente pelas sociedades humanas modernas e contemporâneas.

Bibliografia básica:

1) ANDERY, M.A.P.A. et als. Para compreender a Ciência. Uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. São Paulo:EDUC,1996.

2) KOYRÉ, A. Do mundo fechado ao universo infinito. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

3) KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1972.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS* **CÓDIGO: UNI033**

Apresentação da proposta do curso; relação ciências naturais e ciências sociais; saberes tradicionais; cultura, técnica e poder; desafios da transdisciplinaridade.

Bibliografia básica:

1) LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Petrópolis, Vozes, 343 p., 2001.

2) MILLER JR., G. Tyler. Ciência Ambiental. Thomson Pioneira, 2008

3) PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Editora Record, 2006.

INTRODUÇÃO À DEMOGRAFIA **CÓDIGO: POP005**

Fecundidade, mortalidade, migração, composição e estrutura etária da população, gênero, raça, família, força de trabalho, saúde e envelhecimento.

Bibliografia básica:

1) CARVALHO, J. A.M., SAWYER, D. e RODRIGUES, R. N . Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia. São Paulo, ABEP, Série Textos Didáticos, 1998.

2) COALE, A. A Transição Demográfica. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980 (tradução Haydn Pimenta do trabalho original apresentado na International Population Conference).

3) TORRES, H.G, COSTA, H.S. População e Meio Ambiente: Debates e Desafios. São Paulo, Editora Senac: 21-52. CEDEPLAR

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA: ESTÉTICA **CÓDIGO: FIL030**

O pensamento filosófico desde os pré-socráticos até a filosofia contemporânea; a reflexão sobre a arte, a beleza e temas conexos.

Bibliografia básica:

1) ARISTÓTELES. A poética. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

2) BASTOS, Fernando. Panorama das ideias estéticas no Ocidente: (de Platão a Kant). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987. 184p.

3) DUARTE, Rodrigo (org.). O Belo Autônomo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

4) DUFRENNE, Mikel. Estética e filosofia. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

5) ECO, Umberto. A definição da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

6) PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA: ÉTICA **CÓDIGO: FIL028**

Iniciação à Filosofia, com ênfase em conceitos morais fundamentais como ética filosófica, educação, formação, justiça, convicção e responsabilidade, consciência moral.

Bibliografia básica:

1) ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo, Abril Cultural.

2) HOBBES. O Leviatã. São Paulo, Abril Cultural.

3) JONAS, Hans . "Técnica e responsabilidade: reflexões sobre as novas tarefas da Ética", in: Ética, Medicina e Técnica. Ed. Vega, Lisboa, 1994.

4) KANT. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. São Paulo, Abril Cultural.

5) OLIVEIRA, Manfredo A. de (org.). Correntes fundamentais da Ética Contemporânea. Petrópolis, Vozes, 2000.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA: FILOSOFIA DA CIÊNCIA E EPISTEMOLOGIA **CÓDIGO: FIL029**

Desenvolver a reflexão a respeito de questões filosóficas relativas ao conhecimento em geral e ao conhecimento específico. Estatuto próprio das ciências humanas em oposição às ciências da natureza. Explicar os pressupostos filosóficos presentes tanto na prática científica quanto nos discursos de legitimação do saber das ciências.

Bibliografia básica:

1) CHALMERS, A. E. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

2) DESCARTES, R. Discurso sobre o Método. In: col. “Os Pensadores”, vol. “Descartes”. São Paulo: Abril, 1a. Edição, 1973.

3) HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. In: col. “Os Pensadores”, vol. “Berkeley e Hume”. São Paulo: Abril, 1a. edição, 1973.

4) KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1975.

5) NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: col. “Os Pensadores”, vol. “Nietzsche”. São Paulo:

Abril, 1974.

6) POPPER, K. Conjecturas e refutações. Brasília: UNB, 1982.

INTRODUÇÃO À GEODIVERSIDADE **CÓDIGO: GEL058**

Definições e limites da geodiversidade. Evolução e formação da geodiversidade do nosso planeta. Materiais e processos formadores da faixa habitável. Valor e uso da geodiversidade: produção mineral. Valor e uso da geodiversidade: agricultura, turismo, contemplação, cidades, outros. Políticas públicas para a Geodiversidade: Levantamento geológico, mapas de geodiversidade e ordenamento territorial. Geodiversidade e o papel dos geólogos na sociedade.

Bibliografia básica:

1) CPRM. Geodiversidade do Brasil. 2008. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/

2) CPRM. Geologia, Tectônica e Recursos Minerais no Brasil. 2008. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/

3) PRESS,S.;SIEVER,R. Para entender a terra, 3ª Edição. Artmed Editora. Porto Alegre. 2006.

4) TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.) Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. 568 p.

METOD. DE AVAL. DE IMPACTOS AMBIENTAIS **CÓDIGO: ESA118**

Determinação de bases para a caracterização de impactos ambientais. O conceito do desenvolvimento sustentável. Os de impacto ambientais: fundamentos; quantificação dos impactos; descrição dos métodos; escolha da metodologia definidos pelo CONAMA; EIA/RIMA. Os processos de licenciamento ambiental. Metodologias especificas de avaliação princípios de custo e benefício aplicados às questões ambientais. Avaliação de impactos ambientais: procedimentos.

Bibliografia básica:

1) SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental – conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Texto, 2008.
2) BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo, Prentice Hall, 2002.
3) VESILIND, P. A., MORGAN, S.M. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Cenage Learning, 2011.

MÉTODOS QUALITATIVOS **CÓDIGO: SOA094**

Etnografia, observação participante e oralidade numa dimensão multidisciplinar. Aspectos

epistemológicos, metodológicos e técnicos do trabalho com fontes orais. Práticas e o processamento de entrevistas.

Bibliografia básica:

1) BECKER, H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.

2) CLIFFORD, James. "A autoridade etnográfica". In. J. Clifford. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1998.

4) MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: Guimarães, A . Z. Desvendando máscaras sociais.2ªed. RJ: Livraria Francisco Alves Editora S.ª , 1980, pp. 39 – 62

MÉTODOS QUANTITATIVOS **CÓDIGO:INU007**

Conceitos e definições em estatísticas; medidas contínuas, categóricas, ordinais; distribuições de Bernouli, binomial, Poisson, uniforme, normal, qui-quadrado; Teorema Central do Limite; populações e amostras; qualificação de distribuições (média, moda, mediana, média aparada, desvio-padrão, variância); intervalo de confiança; introdução ao teste de hipóteses; análise de variância (ANOVA).

Bibliografia básica:

1) Machado, Carla. Curso de Nivelamento em Estatística. CEDEPLAR, Departamento de Demografia, 2008 (apostila).

2) Triola, M. F. INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA 9ª edição – 2005 682 p.

3) SOARES, J.F., FARIAS, A. A. E CESAR, C.C. Introdução à estatística, 2ª edição,
LTC, 2003

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MEIO AMBIENTE **CÓDIGO: INU011**

O surgimento da questão ambiental global: os problemas ambientais ultrapassando fronteiras nacionais, desafios para a regulação internacional, da Conferência de Helsinki à Eco 1992, instituições para o desenvolvimento sustentável PNUD, PNUMA, ECOSOC, CSA e Painéis Intergovernamentais, os tratados e as convenções sobre clima, biodiversidade, biossegurança, florestas, padrões de produção e consumo etc. As contradições com regimes internacionais econômicos e suas instituições (OMC, FMI, Banco Mundial).

Bibliografia básica:

1) BARROS, D.P.(Org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

2) LOHMANN, L. Mercado do Carbono – Semeando mais problemas, World Rainforest Movement, December 1999. http://www.wrm.org.uy/plantations/material/carbonport.html

3) SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

4) SACHS, W. (Org.), O Memorando de Johannesburgo. Justiça num Mundo Frágil – Memorando para a Cúpula mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2002. [http://www.worldsummit2002.org/download/MemoPtgInternet.pdf].

5) SANTOS, M., Por uma Outra Globalização - Do Pensamento Único à Consciência Universal, São Paulo: Record, 2000.

6) ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.23 n.68 São Paulo, 2008.

SANEAMENTO AMBIENTAL **CÓDIGO: ESA135**

Conceitos de saneamento básico e de águas urbanas. Modelo institucional e aparato legal para a área de saneamento básico. A discussão sobre a privatização dos serviços. Alternativas tecnológicas das instalações para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais e o manejo de resíduos sólidos. Aspectos ambientais e sociais do saneamento básico.

Bibliografia básica:

1) DACACH, N. G. Saneamento básico. 3.ed. revisada. Rio de Janeiro: EDC, 1990, 293p.

2) HELLER, L.; PÁDUA, V.L. (org.). Abastecimento de água para consumo humano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 859p. (Ingenium).

3) PEIXOTO, J. B. O barulho da água. Os municípios e a gestão dos serviços de saneamento. Brasília: Água e Vida, 1994. 93 p.

SAÚDE AMBIENTAL **CÓDIGO: UNI008**

Conceitos básicos de Epidemiologia. Processo saúde-doença. Perfil epidemiológico e situação sanitária do Brasil. Meio ambiente e saúde. Saneamento e saúde. Controle de vetores. Indicadores bioestatísticos.

Bibliografia básica:

1) JACOBI, Pedro. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189 – 205, 2003

2) JACOBI, P. ,TRISTÃO, M. FRANCO, M.I. Cad. Cedes, Campinas . v. 29, n. 77, 63-79, 2009.

3) PIOLLI, A. L.; CELESTINI, R. M.; MAGON, R. Teoria e Prática em Recuperação de Áreas Degradas: Plantando a semente de um mundo melhor, 2004

SEMINÁRIOS **CÓDIGO: INU013**

Conteúdo Variável

TEORIAS DAS CIÊNCIAS **CÓDIGO: INU006**

Compreensão da ciência moderna em sua dimensão histórica. Processo de conhecimento e sua estrutura. Investigação da realidade: o sujeito, o objeto e o problema de pesquisa dentro do fenômeno do conhecer. Relação homem/sociedades/natureza e o processo cognitivo. Interações entre as ciências, a filosofia em geral, a epistemologia em particular e a história das ciências.

Bibliografia básica:

1) ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e Suas Regras. Edições Loyola, 2000.

2) LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. pp. 133-168. Disponível no sítio na http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt.pdf

3) MORIN, Edgar. "Por uma reforma do pensamento". In Alfredo Pena-Vega e Elimar Pinheiro do Nascimento (eds.) O Pensar Complexo. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

4) SANTOS, Boaventura de Sousa. Conhecimento Prudente Para uma Vida Decente. Editora Cortez, 2004.

5) SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. EDUSP, 2002.

TERRITORIALIDADES E POVOS TRADICIONAIS **CÓDIGO: SOA092**

Povos tradicionais: debate conceitual, legislação e processos. Conceito de identidade, território, espaço, lugar, processos de territorialização. Nação, globalização e transnacionalidade.

Bibliografia básica:

1) ARRUTI, José Mauricio. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas Para o Diálogo Entre Indígenas e Quilombolas. MANA 3(2):7-38, 1997.

2) BARTH, Fredrik, O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

3) CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro: "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental", IN: Capobianco,

João Paulo (ORG): Biodiversidade na Amazônia Brasileira.

4) DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação. São Paulo: USP. 2000

5) ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. pp. 133-168. Disponível no sítio na http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf .

6) HALL, Stuart – A Identidade Cultural na Pós-Modernidade, Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA **CÓDIGO: SOA072**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM ARQUEOLOGIA **CÓDIGO: SOA073**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM DEMOGRAFIA **CÓDIGO: POP004**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM ECOLOGIA E GENÉTICA **CÓDIGO: BIG056**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM ECONOMIA E ECOLOGIA **CÓDIGO: ECN074**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM GEOLOGIA **CÓDIGO: GEL060**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM GESTÃO NO PODER EXECUTIVO **CÓDIGO: DCP082**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM GESTÃO NO PODER LEGISLATIVO **CÓDIGO: DCP081**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM GESTÃO PÚBLICA NÃO-ESTATAL **CÓDIGO: DCP080**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM HISTÓRIA IV **CÓDIGO: HIS100**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM POLÍTICA **CÓDIGO: DCP030**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM POLÍTICA INTERNACIONAL **CÓDIGO: DCP083**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM SOCIOLOGIA **CÓDIGO: SOA071**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS **CÓDIGO: INU016**

Conteúdo Variável

TÓPICOS EM SAÚDE PÚBLICA **CÓDIGO: MPS028**

Conteúdo Variável

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I **CÓDIGO: INU014**

Elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Formas de apresentação: Monografia de Tema Livre, Relatório de Estágio, Projeto ou relatório de ação ou de intervenção, Diagnóstico/Interpretação de situação, Relatório de Iniciação Científica, Relatório de atividades de

extensão, Documentários em mídias diversas.

Bibliografia básica:

Não se aplica

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II **CÓDIGO: INU015**

Desenvolvimento e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Formas de apresentação: Monografia de Tema Livre, Relatório de Estágio, Projeto ou relatório de ação ou de intervenção, Diagnóstico/Interpretação de situação, Relatório de Iniciação Científica, Relatório de atividades de extensão, Documentários em mídias diversas.

Bibliografia básica:

Não se aplica

URBANIZAÇÃO E DINÂMICA URBANA **CÓDIGO: SOA059**

Urbanização contemporânea numa perspectiva mundial. Urbanização no Brasil: características e tendências em termos sociais, espaciais, demográficos e implicações ambientais. Produção do espaço e principais agentes de intervenção. Estrutura fundiária e formas de uso, ocupação e parcelamento do solo. Desigualdades e segregação. Concentração, dispersão e extensão do tecido urbano. Políticas públicas urbanas e ambientais. Movimentos sociais e politização do espaço urbano.

Bibliografia básica:

1) ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

2) HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Annablume, [1973].

3) JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2000.

4) LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.

9. Avaliação da Aprendizagem

As avaliações discentes seguirão as regras gerais estabelecidas pelas instâncias competentes da UFMG, pelo estabelecido neste PCC, e nos programas dos cursos. Todavia, mais que mensurar o desempenho do discente os processos avaliativos devem servir para solucionar problemas de aprendizagem, resolver carências e como um indício para um processo mais amplo de avaliação e retroalimentação do processo de formação. Neste sentido são fundamentais:

1). Acompanhamento do Aluno pelo Colegiado

O aluno receberá do Colegiado orientação acadêmica desde o início do Curso, tendo em vista a flexibilização curricular. O aluno terá liberdade de percorrer a rede curricular em busca de um direcionamento adequado às suas exigências, sendo orientado pelo Colegiado.
O Colegiado deve orientar o aluno segundo os seguintes critérios:

Motivação profissionalizante;

Esclarecimentos sobre mercado de trabalho;

Esclarecimentos sobre habilidades e capacidades que deve perseguir e que já

Adquiriu ;

Análise sobre as expectativas com relação às disciplinas a serem cursadas;

Contextualização das disciplinas com relação à motivação profissionalizante;

Análise de desempenho nas atividades já realizadas em suas várias modalidades;

Análise de desempenho nas disciplinas;

2). No caso de alunos que demonstrarem dificuldade de aprendizagem o discente pode ser encaminhado para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento oferecido aos discentes de graduação da UFMG pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump).

10. Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão

A Universidade Federal de Minas Gerais mantém uma política de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo reconhecida nacionalmente por sua excelência nas três áreas. Tendo uma ampla infraestrutura em termos de núcleos e laboratórios nos quais são desenvolvidos atividades de ensino pesquisa e extensão. O curso de graduação em Ciências Socioambientais está se inserindo, aproveitando e potencializando, uma rede constituída por laboratório, cursos e projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no ambiento da UFMG que tem na relação entre ambiente e sociedade o seu foco.

Desta forma, a existência de laboratórios específicos para aulas práticas nas unidades que ofertarão tais atividades acadêmicas supre as necessidades do curso. Além deles existem vários núcleos de pesquisa em atividade na UFMG que abrigarão estudantes e novos docentes para a realização de estudos, pesquisas e atividades de extensão que surgirão na construção do curso. Conforme segue:

Integração com Programa de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*

Existem cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado que demonstram preocupação com a interface socioambiental em várias unidades

da UFMG. O Curso de Graduação em Ciências Socioambientais não apenas pode formar futuros alunos para tais programas, mas tem sido beneficiado pela participação dos seus docentes em atividades, como seminários, conferências, pesquisas, projetos de extensão, estágio docência de pós-graduandos, etc promovidas por tais programas. Conforme segue:
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia com áreas de concentração em Organização do Espaço e Análise Ambiental, no Instituto de Geociências;
Curso de Mestrado e Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, no Instituto de Ciências Biológicas;
Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, na Escola de Arquitetura;
Mestrado e Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na Escola de Engenharia;
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em História da FAFICH., conceito 6 na CAPES.
Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em Demografia, na Faculdade de Ciências Econômicas, Conceito 7 na CAPES

Núcleos Pesquisa e Projetos de Pesquisa A UFMG possui uma série de núcleos e projetos responsáveis por atividades de ensino, pesquisa e extensão, focados na preocupação com a interface socioambiental. Nos quais os graduandos em ciências socioambientais podem estar inseridos. Conforme segue:
O Projeto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) no Subprograma Ciências Ambientais (CIAMB) - Programa

Interdisciplinar de Pós-graduação e Pesquisas Ambientais: Biodiversidade, População e Economia, que integrou pesquisadores do ICB e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas;
A Population Environment Research Network que também tem o CEDEPLAR como parte do Comitê Diretor;
A Consolidação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida da UFMG, que funcionou de 1995 a 1997;
O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), grupo interdisciplinar vinculado à FAFICH criado em 2001, que desenvolve o projeto Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, com participação de professores e alunos do IGC, do ICB e também de outras universidades, como a Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Projeto Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais;
O Projeto Manuelzão, Escola de Medicina;
O Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, PROEX
O Núcleo de Estudos em Direito Ambiental da Faculdade de Direito.
O Grupo de Pesquisa: Distribuição Populacional, Espaço e Ambiente, da Faculdade de Ciências Econômicas, da UFMG. Sendo que: A motivação principal para a formação do grupo de pesquisa é buscar sinergias entre atividades de pesquisa e ensino sobre distribuição populacional espaço e ambiente, realizadas por professores, pesquisadores e em diversas instituições acadêmicas e de pesquisa. Acredita-se que o perfil dos integrantes do grupo constitua um fator essencial para a abordagem das complexas inter-relações entre mobilidade da população, espaço e ambiente.
1) Laboratório de Sistemas Socioecológicos: situado no Bloco I3 - lab 175, Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, onde são desenvolvidos projetos de caráter interdisciplinar e interinstitucional, envolvendo

parcerias com ICMBio, Ibama, IEF, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, dentre o outras. As principais linhas de ação são projetos envolvendo participação comunitária no manejo e conservação de recursos naturais e gestão de áreas protegidas.
Scientia: Grupo de Teoria e História da Ciência. Criado em 1999, o Scientia funciona na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). É composto por professores e alunos de várias unidades da UFMG e tem como objetivos principais desenvolver e estimular atividades transdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão em História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia.

11. **Infraestrutura**

a) Ambientes Administrativos e de Apoio docente

Quantidade	Descrição
01	Secretaria acadêmica/ Sala para Coordenação/ Sala de reunião da Congregação: A secretaria do colegiado funciona na sala n. 1033 da FAFICH, com uma área de 28 m^2, dispondo de duas mesas de trabalho, com computador, internet e telefone (fone 31-3409-3801), além de mesa para reunião e balcão para atendimento. O mesmo espaço atende ao Coordenador e ao Subcoordenador do Curso e serve para às reuniões do Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Socioambientais. Estando aberta para atendimento ao público das 15:00 h. às 21:00 horas de segunda a sexta-feira.
	Gabinete de trabalho para docentes:

	Os professores efetivos têm seus gabinetes em suas respectivas unidades.
46	Sala de aula: As aulas são ministradas preferencialmente na unidade da UFMG que alberga o curso, ou seja, na FAFICH, que dispõem 46 salas, mais salas disponíveis no CAD2 (Centro da Atividades Didáticas 2), portanto a FAFICH possui salas de aula suficientes para atender todos os seus 06 (seis) cursos noturnos. Ademais, dependendo da necessidade de laboratório, de outros equipamentos ou da conveniência as aulas obrigatórias e optativas poderão ser ministradas em outras unidades da UFMG., que tenham Departamentos que ofereçam disciplinas ao Curso. Nomeadamente a Escola de Engenharia, a Faculdade de Ciências Economias - FACE, o Instituto de Geociências - IGC, o Instituto de Ciências Biológicas – ICB, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Podendo os discentes, assim, usufruir da infraestrutura específica destas unidades.

b) **Laboratório (s) de Informática**

Quantidade	Descrição
01	A FAFICH possui um laboratório de informática com várias máquinas instaladas, e todas possuem acesso à Internet através de seus equipamentos, sendo que a FAFICH possui instalada, ainda, a rede sem fio para a toda a comunidade. A unidade possui ainda pessoal preparado para dar o devido suporte técnico para atendimento à comunidade que procura os serviços do setor.

c) Recursos Multimídia e Transporte

Quantidade	Descrição
	A Secretaria do Colegiado de Ciências Socioambientais possui 3 aparelhos de Datashow e 2 notebooks disponíveis aos professores do curso. Todavia, os Departamentos, em geral, possuem

	Datashow e notebooks disponíveis para os professores alocados no Departamento. Isto para as aulas ministradas na FAFICH. Sendo que as aulas eventualmente ministradas no CAD2 terão disponíveis equipamento multimídia completo para todas as salas e pessoal de apoio permanente.
04	TV (os equipamentos são fornecidos pelo setor de Suporte Técnico e compartilhado por toda a FAFICH)
04	DVD (os equipamentos são fornecidos pelo setor de Suporte Técnico e compartilhado por toda a FAFICH)
01	O Curso de Ciências Socioambientais tem a sua disposição exclusiva um micro-ônibus com 27 lugares, Marcopolo/Volare, ano 2011. Ademais, à FAFICH possui em seu orçamento ordinário recursos para aluguel de ônibus e outras despesas correntes necessárias para as saídas à campo. Assim, as necessidades de transporte de docentes e discentes para atividades práticas extraclasse deverão ser supridas por contratação de serviços de terceiros, prática já usual na Universidade e pelo setor de transporte da própria universidade. Demais recursos logísticos poderão, no entanto, ser objeto de parcerias da UFMG com instituições ambientais governamentais e entidades não-governamentais, municípios, empresas, movimentos sociais, etc. Tal possibilidade já é experimentada por outras unidades e cursos da UFMG que, com atividades práticas extraclasse mantém articulação em projetos e convênios deste tipo. Tais instituições poderão, ainda, receber os alunos e oferecer a oportunidade da vivência em estágio durante curtas temporadas, bem como serem sedes das APICs.

d) Acessibilidade

A FAFICH possui elevadores que permitem o acesso aos andares da Faculdade. Possui ainda banheiros adaptados ao portador de necessidades especiais. Todavia, está prevista para atender todas as normas de plena acessibilidade uma reforma no prédio da FAFICH já projetada e em fase de implantação, seguindo normativas estabelecidas pelo PDI e pelo Decreto 5.296/2004.

12. Biblioteca

O acervo bibliográfico necessário, pelo caráter multidisciplinar e envolvimento de várias unidades, encontra-se parcialmente disponível nas bibliotecas das unidades e na Biblioteca Central da UFMG. Tendo os discentes pleno acesso ao sistema de bibliotecas da UFMG., bem como podem acessar bases de dados disponíveis em computadores alocados em cada biblioteca.

Foram levantadas novas obras, listadas pelos professores da Comissão de Criação do Curso e por outros que ajudaram na montagem da matriz curricular. Tais obras deverão ser adquiridas e alocadas nas referidas bibliotecas em futuro próximo.

13. Gestão do Curso, Pessoal Docente e Técnico-Administrativo

13.1 Composição do Colegiado

Colegiado é constituído por um Coordenador e um Subcoordenador, assim como um representante dos departamentos envolvidos em disciplinas obrigatórias. Contará também com representante discente na proporção de 1/5 (um quinto) do número de docentes. Essa coordenação se pautará pelo Estatuto da UFMG.

Os Critérios para a concessão de aproveitamento por dispensa de atividades acadêmicas curriculares obedecerão ao já estipulado pela Prograd.

Os pedidos de mobilidade estudantil e intercâmbio cultural serão avaliados pelo Colegiado do Curso, seu acompanhamento se dando pela indicação de um professor tutor para cada aluno em questão.

Composição do Colegiado do curso de Ciências Socioambientais:

I – Coordenador;

II – Subcoordenador;

III – 01 (um) docente do Departamento de Sociologia e Antropologia (SOA);

IV - 01 (um) docente do Departamento de Biologia Geral (BIG);

V - 01 (um) docente do Departamento de História (HIS);

VI - 01 (um) docente do Departamento de Demografia (POP);

IV – 01 (um) docente a ser indicado pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) ou Geologia (GEL), com mandatos alternados.

V – Representação estudantil, na forma do Estatuto e do Regimento Geral da UFMG.

- O Coordenador e o Subcoordenador serão eleitos pelos membros do Colegiado, por maioria absoluta de votos, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
- A escolha do Coordenador ou do Subcoordenador, quando recair entre os membros do colegiado, implicará na indicação de nova representação.
- O representante suplente terá mandato vinculado ao do representante efetivo correspondente.

13.2 Perfil do Corpo Docente

Desde o início das discussões para elaboração do projeto do curso de graduação em Ciências Socioambientais, uma questão decisiva permeou os trabalhos da comissão: o desafio de formar profissionais capazes de integrar conhecimentos e práticas diversas se efetivará à medida que essa postura marcar o próprio corpo docente. Como vimos demonstrando ao longo da presente projeto, o curso possui um caráter inédito e ousado, apresentando-se desde já como interdisciplinar e visando atingir, como meta, perspectivas transdisciplinares. Para

sua efetivação, será desejável a atuação de professores cujas trajetórias profissionais demonstrem uma formação interdisciplinar e/ou uma atitude de abertura ao diálogo entre áreas diversas do conhecimento. No âmbito das necessidades de nossa Universidade contemporânea, o corpo docente deverá ainda apresentar capacidade para a investigação e a produção de conhecimento, compromisso com a formação de profissionais críticos e sensibilidade para a apreensão dos saberes não disciplinares.

TABELA - Docentes do Curso de Ciências Socioambientais

Professores permanentes	Departamento	Inscrições	Titulação	Regime de Trabalho
Aderval Costa Filho	SOA FAFICH	UFMG 222518 SIAPE	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
Alisson Flavio Barbieri	Demografia FACE	UFMG 191116 SIAPE 1521917	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
Ana Beatriz Vianna Mendes	SOA FAFICH	UFMG 224413 SIAPE	Doutorado	Profª Adjunta - DE
Ana Carolina Vimieiro Gomes	História FAFICH	UFMG SIAPE	Doutorado	Profª Adjunta - DE
Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri	SOA FAFICH	UFMG 152390 SIAPE 1298488	Doutorado	Profª Associada - DE
Edson Paulo Domingues	Economia FACE	UFMG 180130 SIAPE	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
Ely Bergo de Carvalho	História FAFICH	UFMG 229563 SIAPE 1645936	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
José Irineu Rangel Rigotti	Demografia FACE	UFMG 220493 SIAPE	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
Klemens Augustinus	Geologia	UFMG 222739	Doutorado	Prof. Adjunto - DE

Laschefski	IGC	SIAPE		
Léo Heller	DESA Engenharia	UFMG 070238 SIAPE	Doutorado	Prof. Associado - DE
Lúcia Maria Fantinel	Geologia IGC	UFMG SIAPE	Doutorado	Profª Adjunta - DE
Luiz Guilherme Knauer	Geologia IGC	UFMG 115967 SIAPE 323764	Doutorado	Prof. Associado - DE
Maria Auxiliadora Drumond	Biologia Geral ICB	UFMG 228664 SIAPE	Doutorado	Profª Adjunta - DE
Roberto Luís de Melo Monte-Mor	Economia FACE	UFMG 101842 SIAPE	PhD.	Prof. Associado - DE
Regina Horta Duarte	História FAFICH	UFMG 222364 SIAPE 0317925	Doutorado	Profª Titular - DE
Rodrigo Pinto da Matta Machado	Biologia Geral ICB	UFMG 095311 SIAPE	Doutorado	Prof. Adjunto - DE
Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima	DESA Engenharia	UFMG SIAPE	Doutorado	Profª Adjunta - DE

13.3 Corpo Técno-administrativo

TABELA - Funcionários Técnico-Administrativos do Curso de Ciências Socioambientais

Nº	Nome	Inscrições	Função
01	Norma Guedes da Silva	UFMG 026557	Secretária do Colegiado e

		SIAPE 0316989	Responsável pela Seção de Ensino

14. Avaliação do Curso

A UFMG mantém, capitaneada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma política já tradicional e permanente de avaliação do ensino de graduação, conforme definido no atual PDI. Por exemplo, a UFMG conta com mecanismo institucionais via questionários on-line de avaliação pelos discentes do corpo docente e das disciplinas.

No caso do curso de Ciências Socioambientais, além dos processos já utilizados e/ou disponibilizados pela administração central no âmbito do Colegiado do Curso de Graduação e do NDE há uma permanente política de avaliação, sendo o principal instrumento as reuniões do NDE e do Colegiado do Curso em que é permanentemente avaliado o processo de ensino/aprendizagem do curso. Os Seminários de Avaliação Pedagógica devem ser parte destas ações avaliativas do NDE e Colegiado.

O Seminários de Avaliação Pedagógica – reuniões semestrais com professores e com a participação dos alunos para acompanhamento pedagógico, absorvendo mudanças e adaptações, para aperfeiçoamento constante do curso. Esses seminários devem conter itens, tais como:

Avaliação dos professores pelos alunos;

Avaliação das práticas pedagógicas

Avaliação do encadeamento das disciplinas;

Avaliação das atividades coletivas propostas;

Avaliação das formas de avaliação dos professores;

Rendimento médio dos alunos;

Índice de reprovação;

Procedimentos para eventual diminuição de reprovação;

Desempenho do curso em relação aos seus eixos estruturantes;

Adequação da formação ao perfil do egresso proposto;

Avaliação da infraestrutura;

Avaliação do suporte técnico e administrativo;

15. Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução** n. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

DIEGUES, A. C. (editor). **Etnoconservação**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SACHS, WOLFGANG, **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZHOURI, A e LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2010.

BENTON, Ted; REDCLIUFT, Michael. Social Theory and the Environment. London: Routledge, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Plano de desenvolvimento institucional (PDI) 2008-2012**. Disponível em: www.ufmg.br.

_____. **Diretrizes para os currículos de graduação da UFMG**. CEPE, 2001.

_____. Resolução CEPE nº 15, de 31 de maio de 2011 – Cria Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da UFMG.

Colegiado de Ciências Socioambientais

Outubro/2012